

DANILO ALVES DA SILVA

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL:

a festa de Nossa Senhora da Guia
em Patos, PB (1950-1960)



DANILO ALVES DA SILVA



História, Memória e Patrimônio Cultural

a Festa de Nossa Senhora da Guia em Patos, PB

(1950–1960)



EQUIPE EDITORIAL

Coordenação Editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão Textual: Douglas Magalhães

Diagramação e Projeto Gráfico: Pablo Madeira

Capa: Danilo Alves da Silva

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

S586h

Silva, Danilo Alves da

História, memória e patrimônio cultural: a festa de Nossa Senhora da Guia em Patos, PB (1950-1960) / Danilo Alves da Silva; Apresentação de Daniela Medeiros da Silva. – Ananindeua-PA: Cabana, 2026

Livro em PDF

ISBN 978-65-82718-17-5

1. Nossa Senhora da Guia - Festas religiosas - Patos/PB. 2. Patrimônio cultural. 3. Memória. 4. História. I. Silva, Danilo Alves da. II. Silva, Daniela Medeiros da (Apresentação). III. Título.

CDD 394.2098133

Índice para catálogo sistemático

I. Nossa Senhora da Guia - Festas religiosas - Patos/PB

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução de parte ou totalidade da obra sem a autorização prévia da organização e editora. Os textos presentes neste livro são antigos e mantiveram a escrita da época em que foram produzidos.



SUMÁRIO

ENTRE A FÉ E A MEMÓRIA: A “FESTA DE SETEMBRO” COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	7
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - DA CRISTANDADE PORTUGUESA À DEVOÇÃO MARIANA NO BRASIL E NA PARAÍBA	14
1.1. Entre a cruz e a Coroa: as bases da religiosidade colonial brasileiro	15
1.2 Sob o manto de Maria: a construção da devoção mariana no Brasil	20
1.3 Missionários e devoções: a formação do patrimônio religioso paraibano	25
CAPÍTULO 2 - DIMENSÕES HISTÓRICAS DO CULTO A NOSSA SENHORA DA GUIA E SEUS IMPACTOS EM PATOS, PB	31
2.1 Nas trilhas das Espinharas: fé, ocupação e formação territorial	32
2.2 Religiosidade, sociabilidade e vida cotidiana	36
2.3 A Festa de Setembro e a produção dos laços comunitários	37
CAPÍTULO 3 - MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL: OS SENTIDOS DA FESTA DE SETEMBRO	43
3.1 A Festa de Setembro na década de 1950: religiosidade, sociabilidade e construção de pertencimentos	44

3.2 A Festa de Setembro na década de 1960: permanências, transformações e reconfiguração da tradição.....	63
3.3 A Festa de Setembro: memória coletiva, identidade e patrimônio cultural.....	66
Considerações finais.....	70
REFERÊNCIAS.....	75
FONTES DOCUMENTAIS.....	78

a “Festa de Setembro” como Patrimônio Cultural

Profa. Dra. Daniela Medeiros da Silva¹

A história das sociedades também se escreve por meio de suas celebrações. Nas procissões, nos rituais, nas festas populares, nos espaços de encontro e nas práticas de devoção, encontram-se preservados vestígios importantes das experiências coletivas que dão sentido à existência humana. As festividades religiosas, em particular, ultrapassam os limites da crença individual para se constituírem como fenômenos culturais complexos, capazes de revelar processos históricos de longa duração, formas de sociabilidade, disputas simbólicas, memórias compartilhadas e modos de construção das identidades coletivas.

É nesse universo de relações entre fé, memória e cultura que se insere o presente livro, de autoria de Danilo Alves da Silva. A obra propõe uma reflexão consistente sobre a Festa de Nossa Senhora da Guia, tradicionalmente conhecida como Festa de Setembro, uma das mais importantes manifestações religiosas e culturais da cidade de Patos, no sertão paraibano. Ao tomar essa

¹ Historiadora, Mestre em História (UFCG), Doutora em Educação (UFPB), professora da Rede Municipal de Ensino de Patos, PB, e do Centro Universitário de Patos (Unifip), membra do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico de Patos, PB.

celebração como objeto de investigação, o autor oferece ao leitor uma análise que vai além da simples descrição dos festejos, procurando compreender os processos históricos que contribuíram para sua constituição como referência identitária e patrimônio cultural da comunidade patoense.

O mérito deste trabalho reside, em grande medida, na capacidade de articular diferentes campos de investigação histórica. Dialogando com a História Cultural, os estudos da memória coletiva, a história das religiões e o campo do patrimônio cultural, o autor demonstra como a Festa de Setembro deve ser compreendida como fenômeno social multifacetado, no qual religiosidade, sociabilidade, poder, tradição e pertencimento se encontram profundamente entrelaçados. A análise revela que a festa não constitui apenas um momento excepcional do calendário religioso, mas um espaço privilegiado de produção de sentidos, fortalecimento dos vínculos comunitários e atualização permanente da memória social.

Outro aspecto que merece destaque é o cuidadoso trabalho realizado com os Livros de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Guia. A utilização dessa documentação permite ao autor reconstruir dimensões pouco exploradas da experiência histórica local, revelando personagens, práticas e dinâmicas sociais que dificilmente seriam percebidas por meio de outras fontes. Mais do que simples registros administrativos da vida paroquial, os Livros de Tombo aparecem, neste estudo, como importantes testemunhos das transformações vividas pela cidade de Patos ao longo das décadas de 1950 e 1960, período central da investigação.

Ao longo da obra, o leitor perceberá que a Festa de Setembro constitui um observatório privilegiado para compreender a própria formação histórica da cidade. A devoção a Nossa Senhora da Guia acompanha o processo de constituição do município desde seus momentos iniciais, articulando-se à ocupação do território, à expansão da vida urbana, à formação das redes de sociabilidade e à construção de referências simbólicas compartilhadas pela população. A festa emerge, assim, como expressão viva de uma memória coletiva que atravessa gerações e continua a produzir sentidos para a comunidade contemporânea.

Particularmente relevante é a atenção dedicada ao protagonismo de sujeitos que, muitas vezes, permanecem invisibilizados nos registros oficiais. As mulheres, por exemplo, aparecem ao longo da narrativa como agentes fundamentais da organização dos festejos, da mobilização comunitária e da preservação das tradições religiosas. Ao destacar essa atuação, o autor contribui para ampliar a compreensão histórica sobre os processos de construção do patrimônio cultural local, evidenciando que a permanência das tradições depende da atuação concreta de inúmeros sujeitos sociais.

Ao concluir a leitura desta obra, o leitor compreenderá que a Festa de Nossa Senhora da Guia não pode ser reduzida a uma manifestação de fé ou a um evento do calendário religioso. Trata-se de um patrimônio cultural vivo, continuamente recriado pelos indivíduos e grupos que dele participam. Sua relevância reside justamente na capacidade de articular passado e presente, tradição e mudança, memória e identidade, constituindo-se como um dos mais importantes marcos simbólicos da cidade de Patos.

Em tempos nos quais se torna cada vez mais necessário valorizar as experiências históricas locais e reconhecer a importância do patrimônio cultural imaterial, este livro representa uma contribuição significativa para a historiografia paraibana e para os estudos sobre religiosidade popular, memória social e patrimônio cultural no Brasil. Trata-se de uma obra que interessa não apenas aos pesquisadores da área, mas também a educadores, agentes culturais, estudantes e a todos aqueles que reconhecem a memória coletiva como um elemento fundamental para a compreensão das sociedades.

Que as páginas que seguem permitam ao leitor percorrer os caminhos da devoção, da história e da cultura, descobrindo como uma celebração religiosa foi capaz de se transformar em um dos mais importantes símbolos de pertencimento e identidade do sertão paraibano.

Boa leitura!

Patos, PB, 31 de julho de 2026

Introdução

Os cultos religiosos constituem uma das formas pelas quais o ser humano busca transcender a sua existência cotidiana, criando uma ponte simbólica que o conecta ao âmbito do sagrado. Essa relação entre o divino e o humano manifesta-se de maneira palpável por meio de rituais, cerimônias e celebrações que, ao longo da história, passaram a ser expressões fundamentais para a manutenção das crenças e dos valores espirituais de cada povo. Ao observarmos os costumes e as práticas religiosas, percebemos que esses elementos não são isolados; eles estão imersos em um contexto social mais amplo, refletindo uma estreita afinidade com padrões de comportamento, instituições estabelecidas e saberes compartilhados que auxiliam os indivíduos na tarefa contínua de transmitir, de uma geração para a outra, a memória coletiva e as práticas que definem a cultura religiosa de uma comunidade.

No contexto brasileiro, a Igreja Católica teve um papel central e determinante a partir do momento em que os missionários jesuítas foram enviados ao território colonial com a incumbência de cristianizar os povos nativos e garantir a expansão espiritual dos ensinamentos católicos. Essa iniciativa teve como base um discurso catequizador que não apenas transmitia os valores e dogmas da fé, mas também pretendia convencer o homem a aderir aos preceitos da religião para alcançar a salvação eterna, ou seja, um objetivo que, desde os primeiros séculos de sua existência, se

estabeleceu como a meta primordial para os adeptos da Igreja. Assim, a ação religiosa atuou como uma poderosa ferramenta de integração social e cultural, moldando não só as práticas espirituais, mas também aspectos da vida cotidiana na colônia.

Voltando o olhar para a cidade de Patos, localizada no estado da Paraíba, é importante destacar que a sua origem remonta ao século XVIII, quando se formou um povoado em torno da capela dedicada à Nossa Senhora da Guia. Esse ponto inicial revela a ligação entre a história do lugar e a fé religiosa, indicando que a devoção desempenhou um papel na organização social e cultural dessa comunidade. A partir dessa perspectiva, este estudo propõe analisar e compreender a Festa de Setembro, evento que se configura como um patrimônio cultural emblemático da cidade, conhecida como Morada do Sol, explorando a complexa relação entre essa manifestação religiosa e outros elementos que compõem o tecido social local, tais como as tradições, os valores e as interações cotidianas entre os habitantes. Essa análise é especialmente relevante, visto que a religiosidade popular ainda não foi explorada de forma sistemática e acadêmica na historiografia regional, fazendo deste trabalho uma das primeiras contribuições significativas para esse campo.

Para além do aspecto religioso, as estruturas sociais que envolvem os eventos tradicionais da Festa de Setembro merecem relevo. Por isso, destacamos as barracas, os pavilhões e os leilões, montados de forma temporária para a festividade, porque configuram espaços privilegiados de sociabilidade onde os moradores da cidade de Patos se encontram não apenas para manifestar sua fé, mas, sobretudo, para celebrar a vida. Esses momentos assumem uma importância ainda maior quando considerados diante das dificuldades enfrentadas pela população, sejam elas de natureza social, climática ou econômica, pois revelam a capacidade de resiliência da comunidade em torno de suas tradições culturais. Assim, a festa torna-se um elo que fortalece os laços sociais e reafirma a identidade coletiva do povo patoense.

A organização desta obra estrutura-se em três capítulos para facilitar a compreensão e a análise do tema em suas múltiplas dimensões. No primeiro capítulo, intitulado “Da cristandade portuguesa à devoção mariana no Brasil

e na Paraíba”, é traçado um panorama histórico que contextualiza a formação religiosa do Brasil, dissecando-se as duas categorias teológicas principais que fundamentaram e legitimaram o domínio português sobre o território colonial, de forma a demonstrar como a religião serviu de suporte ideológico para a consolidação do poder colonial. Essa abordagem histórica é essencial para compreender como as práticas religiosas se entrelaçaram aos processos políticos e sociais da época, consolidando a Igreja Católica em seu papel central.

Partindo desse embasamento, o segundo capítulo (“Dimensões históricas do culto a Nossa Senhora da Guia e seus impactos em Patos, PB”) dedica-se a discutir a importância do culto a Nossa Senhora da Guia para a formação sociocultural da cidade de Patos. Nesse capítulo, analisa-se como a chegada da modernidade impactou a cidade, transformando seus estilos de vida, discursos e práticas sociais. A instalação dos trilhos ferroviários representa um marco significativo nesse processo de modernização, pois não apenas facilitou a comunicação e o comércio, mas também elevou a cidade à condição de capital do Sertão paraibano, conferindo-lhe maior relevância regional e fortalecendo sua identidade cultural. Essa mudança promoveu um diálogo dinâmico entre as tradições locais e as influências externas, refletindo-se nas manifestações religiosas e festivas.

Por sua vez, o terceiro capítulo, intitulado “Memória, identidade e patrimônio cultural: os sentidos da Festa de Setembro”, foca a compreensão dessa celebração popular durante as décadas de 1950 e 1960, um período significativo para o fortalecimento da identidade cultural local. Busca-se analisar como a festa se transformou em um patrimônio cultural, sendo reconhecida como um importante instrumento para a preservação das tradições e para a afirmação do senso de pertencimento do povo patoense. A Festa de Setembro transcende o simples aspecto religioso, incorporando elementos festivos, sociais e culturais que reverberam no cotidiano da cidade, o que fortalece a memória coletiva e o vínculo entre seus habitantes.

A escolha desse tema justifica-se pela reconhecida necessidade de aprofundar o conhecimento científico acerca da religiosidade popular como uma expressão da cultura local. Entender como essas práticas religiosas e festivas

interagem com os demais elementos culturais proporciona uma visão mais ampla sobre o papel fundamental que a fé católica desempenhou e ainda desempenha na constituição da identidade brasileira, especialmente em regiões do interior que, como Patos, guardam tradições que são patrimônio imaterial da nação. Além disso, esse estudo contribui para debates acadêmicos sobre patrimônio cultural e processos de memória social, importantes para a valorização e a proteção das manifestações culturais populares.

Para a elaboração desta obra, foi adotada uma metodologia baseada em pesquisa documental qualitativa e descritiva, com o intuito de proporcionar uma análise detalhada e crítica dos materiais históricos, registros e relatos relacionados ao tema estudado. Além disso, fundamentou-se o estudo em teóricos das áreas de História Cultural, memória e patrimônio histórico e cultural, que ofereceram suporte teórico para compreender a complexidade dos fenômenos religiosos e culturais estudados. Essa abordagem permitiu uma visão abrangente sobre a religiosidade popular, suas manifestações e seu impacto na formação da sociedade patoense.

Da cristandade portuguesa à devoção mariana no Brasil e na Paraíba

A discussão acerca da religiosidade no Brasil exige, inicialmente, uma contextualização histórica. Optamos por recorrer ao período colonial como ponto de partida para essa análise, mesmo reconhecendo os riscos historiográficos associados ao chamado “mito de origem”. Ainda assim, entendemos que determinados processos históricos mais contemporâneos também podem ser conectados ao passado mais distante, às estruturas e às dinâmicas que já existiram, a fim de que, de algum modo, no presente, sentidos históricos possam ser construídos e a consciência histórica possa ser ampliada.

Diante disso, buscar compreender fenômenos relacionados à formação religiosa brasileira requer tensionar permanências que atravessam diferentes períodos históricos e chegam ao presente. Nesse sentido, torna-se indispensável adotar uma perspectiva que integre e que seja capaz de compreender como práticas, crenças e instituições religiosas emergiram, se articularam e se consolidaram no contexto do Brasil colonial.

Para entender de forma mais abrangente o processo histórico de formação da religiosidade no território que hoje é o Brasil, é fundamental realizar uma análise preliminar do contexto da colônia portuguesa. Este era um espaço vasto e extremamente diverso, caracterizado por uma intensa variedade cultural, étnica e social, que se manifestava não apenas nas práticas e crenças religiosas, mas também nas estruturas políticas, econômicas e sociais da época. Assim, nesta obra, faremos uma abordagem desses elementos,

levando em conta sua função contextual na compreensão do tema, sem entrar em discussões mais complexas que requereriam um aprofundamento específico e um tratamento apropriado.

1.1. ENTRE A CRUZ E A COROA: AS BASES DA RELIGIOSIDADE COLONIAL BRASILEIRO

Durante o período colonial brasileiro, a formação da mentalidade coletiva foi marcada pela coexistência e pela interação entre elementos associados à tradição medieval, ainda fortemente presentes na cultura europeia, e aspectos vinculados à mentalidade moderna, resultantes das transformações culturais, sociais e políticas iniciadas na Europa Ocidental a partir do Renascimento. Portugal, pioneiro na expansão marítima europeia e responsável pela colonização do território brasileiro, já incorporava características próprias dessa modernidade emergente, embora preservasse diversos aspectos do universo medieval. Nesse contexto, a influência dessas diferentes matrizes culturais na construção do imaginário social e das práticas religiosas no Brasil constitui um aspecto fundamental para a compreensão da religiosidade colonial. Essa configuração é sintetizada por Wehling e Wehling (1999, p. 24-25), que afirmam:

A sociedade europeia dessa época só poderá ser razoavelmente compreendida se entendermos não como uma sociedade no sentido atual, e sim como um agregado de comunidades, cada qual com suas peculiaridades regionais, linguísticas e étnicas. Trata-se, antes de tudo, de uma comunidade estratificada em ordens, estados ou – como a denominam os sociólogos – estamentos.

Esse fragmento evidencia que a sociedade colonial estava longe de constituir um corpo social homogêneo ou culturalmente uniforme. Ao contrário, organizava-se como uma estrutura plural e hierarquizada, composta por diferentes grupos e comunidades com identidades, práticas e formas de sociabilidade variadas. Tal configuração reproduzia, em grande medida,

a lógica de estratificação herdada da tradição europeia, especialmente do modelo corporativo do Antigo Regime, no qual cada estamento ocupava funções e posições socialmente definidas. Nesse contexto, o clero assumia um papel de destaque que ultrapassava o campo estritamente religioso, exercendo influência decisiva também nas esferas política, econômica e cultural. Sua atuação consolidava mecanismos de legitimação da ordem social e de manutenção das relações de poder, conferindo à instituição religiosa uma posição estratégica no processo de organização e dominação da sociedade colonial.

A rígida distinção entre baixo e alto clero constitui um importante indicativo da profunda hierarquização que estruturava tanto o campo religioso quanto a organização social do período. Essa diferenciação não se restringia às funções eclesiásticas, mas influenciava diretamente a vida comunitária, as relações de poder e os modos de orientação da experiência cristã cotidiana. Tal configuração estava ancorada em tradições teológicas consolidadas ao longo da Idade Média, especialmente na concepção agostiniana da relação entre a cidade dos homens e a cidade de Deus. Em Santo Agostinho² (354-430), a ordem temporal e a ordem espiritual apresentavam-se interligadas, contribuindo para a formulação de uma identidade cristã que articulava dimensões ético-religiosas e político-sociais. Dessa forma, a estrutura clerical não apenas organizava a prática religiosa, mas também legitimava formas de autoridade e mecanismos de controle social no interior da sociedade cristã.

Na base dessa ordem hierárquica social, estavam os segmentos mais vulneráveis: os homens livres pobres – incluindo brancos, mestiços como mamelucos e mulatos, e libertos –, além das populações indígenas e dos escravos africanos. Assim, é imprescindível adotar uma ótica que considere a estrutura social colonial para compreender em profundidade a religiosidade

2 A concepção de história em Santo Agostinho influenciou profundamente a cultura política e religiosa do Ocidente medieval ao associar a ordem temporal ao desígnio providencial de Deus. Sobre esse tema, ver: AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 2017; LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Petrópolis: Vozes, 2005.

brasileira, visto que as experiências religiosas estavam intimamente entrelaçadas às condições sociais e étnicas dos grupos que a compuseram.

A sociedade colonial brasileira caracterizou-se por sua expressiva heterogeneidade, constituindo-se como um espaço de intensas interações culturais, no qual povos indígenas, europeus e africanos, oriundos de diferentes contextos históricos e culturais, estabeleceram múltiplas formas de contato. Esses encontros favoreceram processos de hibridização cultural³, resultantes da circulação de saberes, práticas, crenças e costumes que se transformaram mutuamente ao longo do tempo. Cada grupo social trouxe consigo instituições, sistemas religiosos e formas próprias de compreender o mundo que, ao interagirem em um contexto marcado por conflitos, negociações e adaptações recíprocas, deram origem a manifestações culturais e religiosas complexas. Nesse sentido, Wehling e Wehling (1999, p. 248) observam:

Os sentimentos religiosos e as crenças foram resultados, no período colonial, da conjugação de três universos culturais inteiramente distintos: o branco, predominantemente português e católico; o indígena, predominantemente tupi; e o negro, composto por sudaneses e bantos.

Nesse contexto de hibridização cultural, as práticas religiosas constituíram um dos espaços mais expressivos de interação entre as diferentes matrizes culturais presentes na América portuguesa. As experiências de contato entre povos indígenas, europeus e africanos favoreceram processos de apropriação, adaptação e ressignificação de símbolos, crenças e rituais, dando origem a formas de religiosidade marcadas pela pluralidade de referências culturais. Assim, a religiosidade colonial não pode ser compreendida como mera justaposição de tradições distintas, mas como resultado de processos

3 O conceito de *hibridismo cultural* refere-se aos processos de interação, apropriação e ressignificação entre diferentes tradições culturais, dos quais emergem novas práticas, representações e identidades. Sobre o tema, ver: BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Tradução de Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

históricos de negociação, conflito e reelaboração cultural, profundamente condicionados pelas relações de poder que estruturavam a sociedade colonial.

A organização religiosa da América portuguesa foi sustentada por um conjunto de formulações teológicas que conferiram legitimidade ao projeto colonial português. Entre elas, destacam-se duas categorias fundamentais: a *Teologia da Cristandade*, que compreendia a sociedade como uma unidade político-religiosa sob a autoridade da Coroa e da Igreja, legitimando a expansão do domínio português em nome da fé cristã; e a *Teologia do Povo Eleito*, que atribuía ao Reino de Portugal uma missão providencial, apresentando-o como instrumento escolhido por Deus para difundir o cristianismo entre os povos considerados infiéis. Essas concepções articularam evangelização, conquista territorial e exercício do poder, constituindo um dos principais fundamentos ideológicos da colonização portuguesa. Como observa Riolando Azzi (2004, p. 15):

Ao longo dos três primeiros séculos de colonização lusitana, perdurou no Brasil o modelo de Igreja – Cristandade. Tratava-se de uma revivescência da concepção de Igreja que perdurava na Idade Média e cujas origens remontavam ao século IV, quando Constantino assumira o governo do Império Romano e se constituiu como um defensor e promotor da religião cristã.

Esse entendimento evidencia que a religiosidade brasileira contemporânea está profundamente enraizada em ideologias e práticas que emergiram ainda no período colonial, em que Portugal idealizava a si próprio como um “Reino Divino”. Tal concepção contribuía para legitimar o domínio sobre os territórios coloniais ao apresentá-lo como um desígnio divino atribuído à monarquia portuguesa. Nesse contexto, a Coroa se investia de uma autoridade de caráter sagrado e sustentava a legitimidade incontestável de seu poder, configurando um pacto simbólico entre o trono e o altar. Consequentemente, as manifestações da autoridade régia eram revestidas de uma dimensão sacralizada, de modo que qualquer forma de contestação política ou social poderia ser interpretada não apenas como uma ameaça

à ordem estabelecida, mas também como uma afronta à vontade divina. Conforme complementa Azzi (2004, p. 56):

Dentro de uma perspectiva teológica, a conquista espiritual significava o poder de imposição da fé católica sem restrições. A atuação missionária, portanto, se realiza como um discurso em tom de monólogo, no qual se exclui qualquer diálogo com a cultura dos povos autóctones.

Sob a crença de que o povo português era o povo eleito de Deus, os colonizadores assumiam a responsabilidade de conduzir uma missão político-religiosa destinada a expandir a fé e estabelecer o Reino de Cristo sobre os territórios conquistados. Essa autopercepção conferia-lhes a sensação de se estar envolvido por uma aura de sacralidade⁴, segundo a qual tudo o que acontecia na colônia era uma manifestação da vontade divina e parte integral de um projeto abalizado por Deus. Tal crença chegava a um ponto em que as disputas territoriais com a Espanha eram interpretadas como castigos divinos impostos aos invasores, reforçando a noção de exclusividade da sacralidade lusitana sobre as terras brasileiras.

Assim, a ocupação portuguesa no Brasil, junto com a subjugação dos povos indígenas, foi legitimada ideologicamente por meio da Teologia da Conversão. Essa teologia apresentava a colonização como uma missão civilizadora e espiritual que visava libertar os indígenas da “dominação diabólica”, salvar suas almas e introduzi-los à verdadeira fé cristã. Com isso, justificava-se a superioridade da cultura portuguesa, impregnada de valores católicos europeus e que, ao penetrar nas terras brasileiras, desprezava as culturas originárias, qualificando-as como bárbaras e inferiores.

Por sua vez, a escravidão imposta a populações africanas que foram trazidas para o Brasil também dispõe de uma fundamentação teológica, conhecida como Teologia da Escravidão. Essa justificativa religiosa, ainda

4 Termo que designa o valor divino que se atribuí a uma determinada situação ou realidade. A sacralidade se refere ao valor simbólico de determinada ação, gesto ou rito em uma celebração litúrgica.

que eticamente condenável atualmente, exerceu papel central para legitimar o sistema escravista no contexto colonial. Os africanos eram vistos como infiéis, e, portanto, a escravidão era entendida como um instrumento providencial para lhes assegurar a salvação eterna. Esse elemento reforçava a identidade superior da cultura portuguesa e fomentava o racismo e o preconceito que marcam a sociedade brasileira ainda hoje.

Em síntese, as categorias teológicas que sustentaram o domínio português constituem uma chave interpretativa fundamental para a compreensão da formação social e religiosa do Brasil colonial. Ao legitimarem a expansão da Cristandade e a missão evangelizadora da Coroa, essas formulações conformaram as relações entre poder, religião e sociedade, influenciando a constituição das práticas religiosas no espaço colonial. Desse modo, compreender esse arcabouço teológico é indispensável para analisar como devoções, cultos e rituais católicos foram introduzidos, apropriados e reelaborados no contexto brasileiro, em permanente interação com as diferentes matrizes culturais que conformaram a experiência religiosa na América portuguesa.

1.2 SOB O MANTO DE MARIA: A CONSTRUÇÃO DA DEVOÇÃO MARIANA NO BRASIL

O culto dedicado à Virgem Maria foi se firmando gradualmente ao longo dos séculos como a devoção principal e mais popularmente cultivada pelos fiéis católicos no Brasil colonial. O processo de colonização portuguesa contou com a inserção deliberada da figura mariana, ou “Nossa Senhora”, como elemento essencial da evangelização nos territórios conquistados. Maria foi recebendo diversos títulos por parte dos devotos, que atribuíam a ela diferentes significados e modos de intercessão, conforme as experiências espirituais vividas durante os ritos e as celebrações realizadas ao longo da colonização. Essa multiplicidade de títulos revela uma riqueza simbólica e afetiva que se consolidou na religiosidade popular brasileira e que auxiliou o processo de iniciação dos povos locais à fé católica.

No entanto, ao se observar com maior atenção a imagem de Maria no Brasil colonial, percebe-se ambivalência marcante. De um lado, para os colonizadores portugueses, ela aparecia como uma figura protetora, cuja imagem era levada a bordo das caravelas que os transportaram para o Novo Mundo, garantindo proteção contra as intempéries e os perigos da natureza em meio às travessias oceânicas. Além disso, ela exercia um papel unificador no processo de evangelização, estabelecendo-se como Mãe da Igreja, um símbolo poderoso de maternidade espiritual e mediação divina. De outro lado, para os colonizados – indígenas, africanos e outros grupos marginalizados –, Maria serviu igualmente como fonte de esperança, dignidade e consolação diante das adversidades de seu cotidiano precário e difícil. Essa ambivalência é refletida na diversidade de títulos atribuídos a ela, que expressam as múltiplas relações e sentidos postos em prática pelas comunidades que dela se aproximaram.

Para compreender as raízes do culto à Maria no Brasil, é importante fazer um retorno às origens portuguesas, uma vez que a colônia era parte integrante do Reino Lusitano, e muito do repertório simbólico, doutrinário e devocional vinha de lá. Traçar esse percurso permite esclarecer melhor o caminho das ideias e das práticas que formaram a religiosidade mariana no contexto colonial brasileiro.

O crescimento culto a Maria e a sua difusão no território português aconteceram em um contexto caracterizado pelo anseio do povo por respostas para suas necessidades materiais, espirituais e sociais que se mostravam insuficientes ou inalcançáveis por meios puramente humanos. Assim, Maria surgiu como uma figura mediadora, uma intercessora entre o humano e o divino, capaz de interceder junto a Deus para oferecer proteção, cura, segurança e auxílio em situações adversas. Além disso, a monarquia portuguesa, revestida de um poder sagrado e considerado divino, sacralizava a terra portuguesa, entendendo-a como um espaço privilegiado, contemplado e abençoado para o cultivo de devoções, consolidando a aura de “terra escolhida”.

Desse ponto de vista, “Nossa Senhora” era não apenas mãe espiritual dos monarcas portugueses, mas também considerada a mãe protetora do

Reino Lusitano como um todo e de suas colônias ultramarinas. Na ótica popular, essa imagem materna expressava um caráter profundamente humanizador, aproximando Maria do cotidiano das pessoas e dos desafios que enfrentavam, contribuindo para formar diversas práticas de devoção que permeavam a vida social.

A chegada dos missionários franciscanos ao Brasil no século XVI marcou um momento de grande efervescência para o culto mariano, já que eles promoveram o fortalecimento dessa devoção, sendo muitos dos títulos a ela atribuídos fruto das experiências espirituais que os fiéis vivenciaram ao se relacionarem com a Virgem Maria – a “cheia de graça”, como era carinhosamente chamada. Esse movimento devocional propiciou a fundação das primeiras capelas e ermidas dedicadas à Virgem no Brasil colonial. Conforme relata Riolando Azzi (2004, p. 221):

A primeira ermida dedicada à Nossa Senhora em terras brasílicas foi construída por Diogo Álvares, o Caramuru, por volta de 1535, em razão dos sonhos tidos por sua esposa – a índia Catarina –, nos quais lhe aparecera uma mulher⁵ de fascinante beleza com um filho entre os braços, no local do naufrágio de uma embarcação branca.

Assim, a chamada Ermida de Nossa Senhora das Graças passou a ser reconhecida como o primeiro centro de devoção mariana estabelecido em terras brasileiras, onde residia uma expressiva comunidade indígena amiga de Caramuru. Paralelamente, também surgiram outras capelas e santuários dedicados a Maria em diversos pontos do território, entre os quais se destaca a ermida de Nossa Senhora das Vitórias em Ilhéus, atual estado da Bahia. Esta última ficou especialmente conhecida por seu papel protetor dos nativos convertidos ao catolicismo, ao mesmo tempo que sua imagem simbolizava também a punição para aqueles que resistiam à implantação da cristandade.

5 Segundo a tradição registrada por Riolando Azzi, a visão da índia Catarina relaciona-se à lenda do naufrágio de uma embarcação espanhola nos baixios da ponta da Ilha de Boipeba, episódio tradicionalmente datado de 1º de maio de 1535. Cf. AZZI, Riolando. **A Cristandade colonial**: um projeto autoritário. São Paulo: Paulus, 2004, p. 221.

Por isso, pode-se afirmar que o culto à Virgem Maria na colônia estava profundamente vinculado aos interesses, às necessidades e aos desejos daquele que a invocava. A mesma imagem mariana invocada para afastar um mal ou proporcionar uma graça era simultaneamente utilizada por diferentes grupos, incluindo adversários políticos ou religiosos, para proteger suas causas ou derrotar seus inimigos, revelando assim a enorme complexidade dos cultos marianos.

Diante do conjunto de desafios e dificuldades enfrentados pelos portugueses durante as viagens transatlânticas para a colônia, além do afastamento drástico de sua pátria e da inserção em um meio social e natural desconhecido, impregnou-se nos colonizadores um sentimento de insegurança e ansiedade profundo. Muitos haviam sido deslocados à força ou em condições adversas, por imposição da Coroa ou por promessas ilusórias. Nesse cenário, a figura de Nossa Senhora assumiu um papel importante como protetora e intercessora, sendo invocada para assegurar a assistência celeste e a proteção contra todas as adversidades, fossem elas naturais, humanas ou espirituais, a que os colonizadores estavam submetidos.

Por todas essas razões, vários pesquisadores sustentam que a teologia católica no Brasil colonial procurou enfatizar de forma sistemática que Nossa Senhora era a principal intercessora e apoiadora dos luso-brasileiros em todas as fases e circunstâncias da vida, tanto nas dimensões materiais quanto espirituais. Como expõe Riolando Azzi (2004, p. 223):

A Virgem Maria, de fato, acompanhava todas as etapas da vida humana. Já desde o período da gestação, as mães podiam contar com a proteção da Nossa Senhora da Expectação ou Nossa Senhora do Ó, não faltando no momento de dar à luz aos filhos a proteção de Nossa Senhora do Bom Parto. E ao chegar ao término da existência, Nossa Senhora da Boa Morte estava sempre ao lado dos moribundos, para em seguida, como Nossa Senhora da Glória, conduzi-los à felicidade eterna.

A Nossa Senhora servia como modelo exemplar de vida cristã a ser seguido pelos fiéis, estando presente de forma simbólica e litúrgica ao longo do ano. Segundo o calendário de festas e solenidades, os fiéis eram chamados a

recordar e vivenciar os mistérios relacionados desde o nascimento da Virgem, celebrado em sua natividade, passando por sua assunção e culminando em sua glorificação celestial, de modo a consolidar sua importância espiritual e cultural no imaginário popular e eclesial.

Ancorada no cotidiano e nas rotinas diárias dos fiéis brasileiros, a devoção mariana proliferou em ritmo acelerado, motivando a construção de inúmeras capelas, oratórios e templos em sua homenagem. Além disso, a imagem de Maria influenciava diretamente outras esferas sociais, chegando a ser usada nas escolhas dos nomes das mulheres, além de inspirar decisões familiares importantes, como a escolha da madrinha para o batismo de crianças.

No decorrer do processo de cristianização, inúmeras outras práticas devocionais à Virgem foram se estabelecendo na colônia. Entre elas destaca-se o Ofício de Nossa Senhora, que recebeu grande incentivo por parte da Igreja Católica. No entanto, deve-se destacar que o culto mariano possuía forte dimensão popular, diferentemente das orações oficiais da hierarquia eclesiástica, que se dedicava a outras formas litúrgicas e oracionais consideradas institucionais.

Para a melhor compreensão desse fenômeno, devemos considerar que a taxa de alfabetização no Brasil colonial era extremamente baixa, ou seja, quase ninguém sabia ler e escrever, o que dificultava o acesso geral às formas escritas das orações oficiais. Como resultado, poucos fiéis eram capazes de rezar os ofícios marianos formais, mas práticas devocionais mais simples e acessíveis, como a reza do terço, se popularizaram amplamente, conforme destaca Azzi (2004, p. 225):

Dessa forma, irmãos das ordens terceiras passaram a rezar 150 Ave-Marias, alternadas com alguns *Pater Noster*, à imitação dos salmos rezados ou cantados habitualmente no coro das igrejas pelos religiosos. Com frequência, essa reza era reduzida apenas a um terço, ou seja, 50 Ave-Marias, daí o nome terço, utilizado como sinônimo de rosário.

Com base no exposto por Azzi (2004), é possível perceber que a prática do terço servia não somente como uma forma de oração acessível

para os fiéis, mas também como uma estratégia da Igreja para persuadir e integrar os devotos ao cristianismo. Por meio de sua simplicidade e repetitividade, o terço podia ser facilmente transmitido oralmente e perpetuado de geração em geração, facilitando a difusão da fé católica, especialmente entre os segmentos populares e iletrados da colônia. Essa prática devocional consolidou-se como uma ferramenta potente pela qual os cristãos buscavam proteção espiritual e auxílio diante das adversidades da vida cotidiana. Cipolini (2010, p. 41) reforça essa ideia ao afirmar:

Em todos os lugares sempre existia uma imagem de Maria, até mesmo nos navios negreiros estava presente a imagem de Nossa Senhora do Rosário, imagem ligada à ocupação da África pelos portugueses. Esta devoção, difundida especialmente no Congo, veio para o Brasil nos navios negreiros. Inúmeros missionários se encarregaram de difundir a devoção do rosário Brasil afora, sendo esta devoção até hoje a mais praticada no culto mariano.

Pode-se estabelecer uma relação intrínseca entre a obtenção de favores divinos e a prática da devoção mariana, indicando que a mentalidade predominante na colônia brasileira conduzia a população ao conformismo por meio da aceitação passiva dos desígnios divinos e das soluções providas pelos protetores celestes, em detrimento de uma postura ativa de transformação da realidade. Dessa forma, a religião funcionava como elemento conciliador entre as aspirações humanas e as condições adversas da vida, servindo para legitimar o *status quo* ao promover uma resignação espiritual em face dos desafios sociais e existenciais vivenciados.

1.3 MISSIONÁRIOS E DEVOÇÕES: A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO PARAIBANO

As igrejas históricas paraibanas representam verdadeiros monumentos que remontam não apenas à época colonial, mas a toda a empreitada de cristianização realizada em território brasileiro. Elas são testemunhos

silenciosos de um passado marcado por intensas ações missionárias e pela implantação do catolicismo como ferramenta fundamental não só de fé, mas também de organização social e política. Destacam-se, nesse contexto, as ordens religiosas que chegaram à Paraíba na época da capitania, as quais não atuavam isoladamente: seus objetivos evangelizadores estavam conectados diretamente aos interesses da Coroa portuguesa no processo de colonização e domínio territorial.

Para compreender melhor esse entrelaçamento entre religião e política, vale trazer à reflexão a perspectiva de Barbosa (1994, p. 14), que destaca a indissociabilidade dessas duas esferas na fundação dos templos e no estabelecimento social da região. Barbosa ressalta, em sua análise, que a dominação da religião no cenário político durante o período colonizador permitia que se compreendesse a construção do principal templo da Arquidiocese da Paraíba não apenas como um empreendimento arquitetônico, mas como uma expressão palpável de uma união estratégica entre fé e poder.

Ele pontua que esse estudo necessariamente deve partir das primeiras expedições dos colonizadores, acompanhando-os desde as suas investidas iniciais até o estabelecimento definitivo dos marcos materiais da civilização europeia e da cristandade sobre as margens do rio Sanhauá, território que hoje compreende a capital João Pessoa.

No relato de Barbosa (1994), observa-se que os primeiros missionários a desembarcarem na capitania da Paraíba foram os jesuítas, conhecidos pelo vigor e organização em suas missões evangelizadoras. Por meio das expedições que visavam consolidar a presença portuguesa, esses padres buscavam implantar não apenas o ensino religioso, mas também um sistema de educação e catequese voltado para a população nativa.

Entretanto, a convivência entre os jesuítas e outras ordens religiosas logo revelou tensões. Notadamente, houve um conflito emblemático com os franciscanos, que discordavam dos métodos educacionais e espirituais empregados pelos jesuítas, acreditando que o seu próprio modelo de ensino e catequização era mais eficaz para a conversão dos indígenas e a consolidação da fé católica local.

Como consequência dos desentendimentos e da luta pela predominância na missão religiosa, os jesuítas sofreram expulsões, o que alterou temporariamente o panorama do trabalho missionário na região. Essas disputas mostram as complexidades que envolviam o processo evangelizador, demonstrando que as ordens religiosas, embora todas voltadas para o mesmo fim declarado da conversão, tinham visões, estratégias e até interesses divergentes.

Além dos conflitos entre ordens religiosas, os colonizadores enfrentaram vários obstáculos no processo de ocupação e domínio da Paraíba. Um dos principais desafios foi a rivalidade política entre portugueses e espanhóis na região, ampliada por questões territoriais e de influência sobre povos indígenas.

Ademais, preconceitos raciais e culturais permeavam as relações sociais emergentes, envolvendo colonos e diversas etnias indígenas. A complexidade dessa rede de interesses e confrontos exigiu da administração colonial a busca por soluções políticas que garantissem a estabilidade necessária para a continuidade da colonização e das atividades missionárias.

Nesse sentido, o governo colonial interveio para resolver disputas e estabelecer tratados de paz com lideranças indígenas que fossem estratégicas para a manutenção da ordem. Um episódio emblemático dessa política foi a aliança entre os portugueses e o chefe indígena Piragibe, dos Tabajaras, firmada em 5 de agosto de 1505 pelo capitão João Tavares. Esse acordo não apenas consolidou a vitória contra adversários regionais, como os potiguaras, mas também estabeleceu uma data simbólica que justificou a escolha da padroeira da futura matriz da cidade: Nossa Senhora das Neves. Barbosa (1994, p. 15) sublinha esse fato com as seguintes palavras:

Para tal fim mandou João Tavares que, em 5 de agosto de 1505, concluísse a paz com Piragibe, chefe dos índios tabajaras. Essa aliança representou o fundamento decisivo da vitória contra os adversários, principalmente os potiguaras. A coincidência da data em que se efetuara a paz serviu de motivo para que os colonizadores adotassem Nossa Senhora das Neves como padroeira da futura matriz.

Assim, iniciaram-se também as primeiras construções religiosas na Paraíba, a exemplo da capelinha dedicada à Nossa Senhora das Neves. Essa capela, de estrutura modesta e bastante simples, é um símbolo da simplicidade e da resiliência do povo daquela época, erguida próxima às aldeias tabajaras, símbolo nítido de uma estratégia colonial que mirava, entre outros objetivos, à cristianização dos povos indígenas.

O local escolhido para a capela tinha uma importância tática, funcionando como um ponto de referência para o avanço dos missionários entre as comunidades indígenas e para a consolidação da fé católica, que, desde então, começava a penetrar na rotina e na cultura local.

De acordo com o Cônego Florentino Barbosa, que dedicou parte de sua obra *Monumentos históricos e artísticos da Paraíba* (1994) a essas construções, a capela inicial apresentava os traços e a modéstia típicos de construções rurais e se mostrava adaptada às necessidades e ao contingente humano da época, buscando sobretudo cumprir seu papel espiritual e social, sem explorar ainda aspectos artísticos ou arquitetônicos mais elaborados.

Barbosa (1994, p. 24) destaca que:

De todas as igrejas levantadas na Paraíba, foi a Matriz das Neves aquela que enfrentou as maiores dificuldades econômicas em sua construção. Essa realidade pode ser confirmada nas múltiplas cartas régias enviadas aos capitães-mores, que solicitavam recursos e incentivavam a arrecadação de esmolas para garantir o andamento das obras.

A construção da capela, embora humilde em sua concepção, representava o início de um processo que, ao longo dos séculos, viria a fortalecer uma tradição religiosa e cultural muito forte na Paraíba. O estilo colonial simples, sem objetivos artísticos expressivos naquele momento inicial, traduzia ainda a condição populacional modesta e a precariedade dos recursos locais.

Com o passar do tempo e com a chegada de outras ordens religiosas como franciscanos, beneditinos e carmelitas, novas capelas, conventos e igrejas foram erigidos em estilos arquitetônicos distintos, refletindo as

diferentes espiritualidades, carismas e tradições trazidas por cada ordem, o que passou a compor a paisagem cultural e religiosa da região.

Os carmelitas, por exemplo, foram responsáveis por promover a devoção a Nossa Senhora do Carmo, incentivando práticas devocionais que permanecem vivas até os dias atuais, como o uso do escapulário, símbolo da ligação espiritual entre os fiéis e a padroeira. Conforme relata Freire (1982), os frades carmelitas chegaram à Paraíba no contexto do pedido do cardeal Dom Henrique, em 1580, mas enfrentaram limitações naturais e foram deslocados temporariamente para a Bahia e Lisboa, antes de finalmente retornarem para instalar seu convento e igreja na Paraíba. Freire (1982, p. 40) descreve que:

Um grande painel enfeita o altar-mor, com as iniciais de Nossa Senhora do Carmo esculpidas de forma destacada. A nave da igreja é ampla e imponente, e logo à vista fica o arco-cruzeiro com quatro altares dedicados a Nossa Senhora do Rosário. Acima destes altares, destacam-se dois painéis ovais representando a Assunção de Maria, elevando espiritual e artisticamente o ambiente.

A presença marcante da figura de Maria na religiosidade da Paraíba é, portanto, fruto direto dessas ações missionárias realizadas por diversas ordens, que trouxeram consigo a devoção mariana como parte central de sua espiritualidade e prática religiosa. Essas ordens missionárias, ao fundarem capelas, conventos e igrejas, não somente estabeleceram locais de culto, mas também consolidaram formas de vida, hierarquias sociais e estruturas culturais que ainda hoje influenciam a sociedade paraibana.

Em suma, este capítulo buscou fornecer uma análise aprofundada sobre as origens do culto a Maria no Brasil, com ênfase particular na religiosidade da Paraíba. Para tanto, percorreu a realidade social do período colonial, revelando as condições históricas, políticas e sociais que deram suporte à construção dessa religiosidade tipicamente brasileira e paraibana.

Foi possível compreender que a religiosidade brasileira, especialmente sua expressão católica, foi, em grande medida, sedimentada sobre os alicerces dos interesses colonizadores da Coroa portuguesa, e que essa religião

moldou profundamente o modo de vida, as instituições e o imaginário social, permanecendo, apesar do passar dos séculos, enraizada no cotidiano e fortemente ligada à fé genuína nos santos e na devoção a Nossa Senhora.

Em síntese, a análise das origens do catolicismo e da devoção mariana na Paraíba evidencia que as práticas religiosas estabelecidas durante o período colonial não podem ser compreendidas apenas como expressões de espiritualidade, mas também como elementos fundamentais dos processos de organização social, ocupação territorial e construção de identidades coletivas. A atuação das ordens religiosas, a edificação dos primeiros templos e a difusão das devoções marianas constituíram aspectos decisivos para a formação do imaginário religioso paraibano. Assim, compreender essa historicidade permite não apenas lançar luz sobre o passado colonial, mas também interpretar a permanência e as transformações das manifestações de fé que continuam a ocupar lugar significativo na cultura e na experiência religiosa da Paraíba contemporânea.

Dimensões históricas do culto a Nossa Senhora da Guia e seus impactos em Patos, PB

Compreender a Festa de Setembro implica compreender, igualmente, os processos históricos que contribuíram para a formação social, cultural e territorial da cidade de Patos, no sertão paraibano. As práticas religiosas que hoje estruturam a celebração em homenagem a Nossa Senhora da Guia possuem raízes profundas na constituição do município, estando vinculadas às dinâmicas de ocupação do território, à expansão do catolicismo e à organização das primeiras formas de sociabilidade que marcaram a história local.

Este capítulo analisa os elementos históricos que possibilitaram a consolidação da religiosidade como dimensão estruturante da vida coletiva em Patos. Inicialmente, são discutidos os processos de ocupação das Espinharas e a formação dos primeiros núcleos populacionais do sertão paraibano, destacando-se o papel desempenhado pelas instituições religiosas na organização do território e no desenvolvimento dos primeiros assentamentos. Em seguida, examina-se a trajetória da devoção a Nossa Senhora da Guia e sua relação com o crescimento urbano da cidade, evidenciando como a igreja se constituiu como referência espiritual, social e simbólica para a população local.

Na sequência, o texto situa a Festa de Setembro em um contexto mais amplo das festividades religiosas nordestinas, dialogando com a historiografia dedicada ao estudo das práticas festivas e das experiências de

sociabilidade produzidas em torno das celebrações de padroeiros. Busca-se evidenciar que tais manifestações ultrapassam a esfera estritamente devocional, constituindo espaços de construção identitária, fortalecimento dos vínculos comunitários e produção de memórias coletivas.

Por fim, analisa-se a Festa de Setembro como fenômeno social articulado às transformações ocorridas em Patos ao longo do século XX. Nesse sentido, são observadas as relações entre religiosidade, educação, modernização urbana e reorganização das formas de convivência social, demonstrando como a festividade acompanhou as mudanças vivenciadas pela cidade sem perder sua condição de importante símbolo de pertencimento e identidade para a comunidade patoense.

Desse modo, o capítulo busca demonstrar que a história da Festa de Setembro não pode ser dissociada da própria trajetória histórica de Patos. Ao articular fé, território, sociabilidade e modernização, a análise permite compreender como a devoção a Nossa Senhora da Guia participou da construção de uma cultura urbana marcada pela permanência de práticas religiosas, pela valorização da memória coletiva e pela produção contínua de sentidos de pertença no sertão paraibano.

2.1 NAS TRILHAS DAS ESPINHARAS: FÉ, OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO TERRITORIAL

Do litoral partiram expedições bandeirantes em direção ao sertão, motivadas pela busca de riquezas e pela ampliação do domínio territorial. Nesse contexto, a ocupação de áreas já integradas ao território da capitania da Paraíba constituiu um dos objetivos dessas incursões. As tentativas de consolidação do controle sobre o sertão foram marcadas por obstáculos persistentes, sobretudo em razão dos conflitos estabelecidos com grupos indígenas. Esses enfrentamentos resultaram em elevado número de mortes e evidenciaram a resistência indígena, frequentemente organizada por meio de alianças entre diferentes grupos. Conforme registra a Secretaria Municipal de Patos (1985, p. 22):

A conquista total dos tabuleiros do sol poente paraibano só se efetuariá com a posse integral das Espinharas. Porque nesta região estava a ponderável concentração de forças selvagens dos Pegas, Panatis apoiados pelos numerosos e valentes Coremas, seus vizinhos.

Do litoral ao Cariri, das terras de Taperoá ao sertão, delineou-se um movimento de avanço que alcançou o Vale das Espinharas. A paisagem que então se impunha distinguia-se da zona costeira não apenas pelas condições climáticas, mas também pela composição vegetal, marcada por formas rasteiras e espinhosas que condicionavam o deslocamento e demarcavam a especificidade daquele espaço. A travessia, nesse contexto, não se limitava a um percurso geográfico, mas implicava a sua inserção em um território ainda não plenamente articulado às estruturas coloniais.

Em um curto intervalo de tempo, estruturou-se, naquele ambiente, um dos primeiros núcleos populacionais do sertão. A organização espacial desses assentamentos permite observar a centralidade das instituições religiosas, evidenciada pela posição da capela e da casa de conversão no núcleo do povoado. Em torno desse eixo, distribuíam-se as moradias das famílias, os espaços destinados aos indígenas integrados à ordem colonial e as estruturas de caráter produtivo, como currais, armazéns e dependências de trabalho, compondo um arranjo que expressava tanto a ocupação quanto o controle do espaço.

Nesse processo, destaca-se o povoamento de Pombal, reconhecido como um dos primeiros a adquirir configuração mais estável no sertão paraibano. A delimitação de áreas, a fixação de contingentes populacionais e a ampliação do domínio territorial constituíam objetivos articulados a essa dinâmica. Tais núcleos, ainda que iniciais, delinearam formas de organização que, posteriormente, subsidiaram a constituição de estruturas urbanas mais complexas no interior da capitania.

Configuram-se, desse modo, os primeiros núcleos de povoamento do sertão paraibano, estruturados a partir de dinâmicas de ocupação, controle territorial e organização social. A cidade de Patos, nesse contexto, insere-se em um movimento mais amplo de formação que apresenta características

recorrentes nas localidades do interior da Paraíba, especialmente no que se refere à articulação entre expansão colonial, fixação populacional e centralidade das instituições religiosas. Conforme registra a Secretaria Municipal de Patos (1985, p. 29):

Quem primeiro fixou-se em solo das Espinharas, como fazendas de gado, foi João Pereira de Oliveira, Filho de Antônio de Oliveira Ledo que demarcou, em 1670, uma data de terra no lugar Farinha e lhe fez doação, sendo esta doação confirmada pelo então Governador do Brasil, Alexandre de Sousa Freire.

Paulo Mendes de Figueiredo e Maria Teixeira de Melo, assim como João Gomes de Melo e sua esposa, projetavam a fundação de um povoamento em torno de uma ermida dedicada à Nossa Senhora da Guia. A história e a devoção a Nossa Senhora da Guia constituem, nesse contexto, um dos elementos fundadores do surgimento do município de Patos.

Em 1772, a capela foi incorporada à freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Pombal. Um dado relevante acerca da chegada da primeira imagem de Nossa Senhora da Guia em Patos refere-se ao fato de que a capela ainda não estava concluída, razão pela qual a imagem foi colocada em uma árvore situada em frente à construção, que passou a funcionar como nicho para a realização de orações pelos devotos. Ao redor da capela, iniciaram-se as construções de moradias, o que contribuiu para o crescimento progressivo do número de habitantes no local.

Em decorrência desse aumento, o espaço da igreja tornou-se insuficiente para comportar a quantidade de frequentadores que participavam dos cultos e das novenas, intensificados desde a chegada da imagem. De acordo com Lucena (2001, p. 3), vemos que:

O aumento considerável no número de frequentadores tornava a estrutura pequena para abrigar toda a demanda, motivo pelo qual surgia gradativamente o movimento em defesa de sua elevação à paróquia, o que veio acontecer no dia 6 de outubro de 1788, através da provisão régia de número 14, com sua incorporação à Diocese de

Olinda, tendo como primeiro vigário o Padre José Inácio de Cunha Souto Maior, permanecendo na função até 1796.

A elevação da capela à condição de paróquia, em 1788, conforme indica a citação, expressa não apenas o crescimento demográfico do núcleo, mas também a intensificação das práticas religiosas que estruturavam a vida social local. Nesse contexto, a ampliação do espaço físico da matriz de Nossa Senhora da Guia insere-se em uma dinâmica de adequação às novas demandas de fiéis, evidenciando o papel da instituição religiosa como núcleo organizador do povoamento. As intervenções realizadas, como a construção de um patamar externo em alvenaria e madeira, indicam estratégias de ampliação funcional do espaço, possibilitando a realização de celebrações para além do interior do templo.

A distribuição dos fiéis durante as cerimônias, com a ocupação diferenciada entre o interior da igreja e o espaço externo, revela práticas sociais normatizadas que expressam hierarquias e distinções no interior da comunidade. Tais arranjos não apenas organizavam o culto, mas também reproduziam formas de ordenamento social características do período. Apesar das medidas adotadas, a insuficiência da estrutura tornou-se evidente diante do contínuo aumento do número de frequentadores. A consulta à população sobre a possibilidade de edificação de uma nova matriz indica, por sua vez, a participação dos moradores nas decisões relativas ao espaço religioso, ao mesmo tempo que evidencia a centralidade da igreja como elemento estruturador do território e da vida coletiva.

A anuência da população possibilitou que, em 1906, fosse realizada a transferência da matriz de Nossa Senhora da Guia para uma nova edificação. No entanto, ao longo dos anos subsequentes e em decorrência do crescimento demográfico do núcleo urbano, a nova estrutura passou a apresentar limitações semelhantes às observadas na igreja anterior, especialmente no que se refere à capacidade de acomodação dos fiéis.

Diante dessa situação, em 1940, emergiu novamente a necessidade de ampliação da igreja. Diferentemente das iniciativas anteriores, optou-se pela demolição da edificação existente para a construção de uma nova obra no

mesmo local. Tal proposta gerou reações contrárias por parte de segmentos da população, evidenciando tensões no interior da sociedade patoense. Nesse contexto, por meio de cartas, artigos e outros meios de comunicação, procedeu-se à consulta pública, cujo resultado indicou a aceitação da nova obra. A construção foi, então, efetivada, culminando na inauguração do novo templo em 1942.

2.2 RELIGIOSIDADE, SOCIABILIDADE E VIDA COTIDIANA

A compreensão da Festa de Setembro insere-se em um campo mais amplo de investigações dedicadas às festividades religiosas no Nordeste brasileiro, cuja produção historiográfica tem destacado esses eventos como fenômenos socioculturais complexos, situados na intersecção entre práticas devocionais, dinâmicas de sociabilidade, circuitos econômicos e relações de poder.

Nessa perspectiva, as festas de padroeiro transcendem sua dimensão estritamente religiosa, configurando-se como espaços privilegiados de construção de identidades coletivas, negociação de hierarquias sociais e afirmação de pertencimentos comunitários. Em sua análise sobre a cultura festiva no Brasil, Abreu (1999) demonstra que as celebrações religiosas desempenhavam múltiplas funções na vida social, articulando experiências de fé, mecanismos de integração comunitária, intercâmbios econômicos e formas simbólicas de representação do poder, o que as torna uma chave interpretativa fundamental para a compreensão das sociedades locais.

De modo semelhante, Del Priore (2000) destaca que as festas religiosas se constituíram historicamente como momentos de suspensão parcial da rotina cotidiana, possibilitando a construção de vínculos comunitários e a reafirmação de valores compartilhados. No contexto nordestino, pesquisas desenvolvidas por Hermann (2007), Reis (1991) e Albuquerque Júnior (2011) evidenciam que as festividades religiosas devem ser compreendidas como práticas culturais complexas, nas quais diferentes grupos sociais negociam significados, hierarquias, tradições e formas de pertencimento.

No caso específico do sertão nordestino, as festas de padroeiro assumiram papel decisivo na organização dos calendários sociais e das dinâmicas urbanas. Conforme observam Cascudo (1972) e Suassuna (1974), tais celebrações reuniam dimensões religiosas, comerciais e culturais, constituindo momentos privilegiados de circulação de pessoas, fortalecimento das redes de sociabilidade e projeção simbólica das cidades sertanejas.

Nesse sentido, a Festa de Setembro aproxima-se de outras festas tradicionais do Nordeste, como as celebrações de Sant'Ana em Caicó, Nossa Senhora das Neves em João Pessoa e Senhor do Bonfim em Salvador, revelando como os rituais religiosos participaram da construção das identidades urbanas e regionais. A experiência patoense insere-se, portanto, em uma tradição festiva mais ampla, cujas permanências e transformações permitem compreender aspectos relevantes da formação histórica das cidades do sertão paraibano.

A literatura contemporânea sobre festas religiosas tem ainda ressaltado a necessidade de superar interpretações que reduzem essas manifestações à mera preservação de tradições. Como argumentam Chartier (1990) e Pesavento (2003), as práticas culturais constituem espaços dinâmicos de produção de significados, nos quais memória e identidade são continuamente reelaboradas. Assim, a Festa de Setembro não deve ser compreendida apenas como herança do passado, mas como uma arena social em permanente reconstrução, onde diferentes gerações reinterpretem símbolos religiosos, atualizam memórias coletivas e redefinem formas de pertencimento à cidade de Patos.

2.3 A FESTA DE SETEMBRO E A PRODUÇÃO DOS LAÇOS COMUNITÁRIOS

As motivações religiosas desempenharam papel fundamental na configuração do espaço urbano e das relações sociais em Patos. A constituição do núcleo inicial da povoação ocorreu em torno da Capela de Nossa Senhora da Guia, instituição que transcendeu sua função religiosa para assumir centralidade na organização da vida coletiva. Foi a partir desse

espaço que se estruturaram as primeiras formas de ocupação do território, de sociabilidade e de pertencimento comunitário, contribuindo para o processo de formação do povoado que, posteriormente, seria elevado à categoria de cidade. Conforme registra a Secretaria Municipal de Patos (1985), esse reconhecimento administrativo ocorreu em 1903, embora a influência da Igreja Católica na vida social local remonte aos momentos iniciais da constituição do município.

A presença eclesiástica também exerceu significativa influência sobre o desenvolvimento da educação. Nas primeiras décadas de formação da cidade, o ensino restringia-se, em grande medida, à atuação de professores particulares que ministravam aulas em residências adaptadas para essa finalidade. A criação do Instituto 7 de Setembro representou um importante marco para a educação local, ao ampliar a oferta de instrução para além do ensino primário, incorporando também o ensino secundário. Esse processo contribuiu para a consolidação de Patos como referência educacional no sertão paraibano, atraindo estudantes provenientes de diferentes localidades da região.

A atuação da Igreja Católica nesse campo revelou-se igualmente expressiva por meio da fundação do Colégio Diocesano e do Colégio Cristo Rei. Tais instituições ampliaram as oportunidades de escolarização e desempenharam papel relevante na formação intelectual, moral e religiosa da população local. Mais do que espaços destinados à transmissão de conhecimentos, esses estabelecimentos participaram da construção de valores e práticas socioculturais que marcaram a trajetória histórica do município.

Além da educação, as práticas de lazer e convivência social também foram fortemente permeadas pela religiosidade. As festividades promovidas pela Igreja constituíam importantes momentos de encontro e integração comunitária, articulando diferentes segmentos sociais em torno de experiências compartilhadas de fé e celebração. Nesse contexto, destaca-se a Festa de Nossa Senhora da Guia, tradicionalmente conhecida como Festa

de Setembro, que se consolidou como uma das principais manifestações religiosas e culturais do calendário municipal.

A Festa de Setembro ultrapassa sua dimensão estritamente litúrgica para configurar-se como um espaço privilegiado de sociabilidade. Sua organização mobiliza diversos grupos e agentes sociais, criando condições para o fortalecimento de vínculos comunitários, da cooperação coletiva e do sentimento de pertencimento à cidade. Os sujeitos envolvidos na preparação e realização da festividade participam de redes de interação social que favorecem a construção de identidades coletivas e a preservação de memórias compartilhadas. Desse modo, a festa constitui um fenômeno social relevante para a compreensão da dinâmica cultural patoense, revelando a permanência da religiosidade como elemento estruturante das relações sociais e das formas de representação da comunidade ao longo do tempo.

Outro aspecto relevante para a compreensão da Festa de Setembro refere-se à participação das famílias na organização e na vivência da festividade. A celebração mobiliza não apenas os grupos diretamente responsáveis por sua realização, mas também diferentes segmentos da população que participam das atividades religiosas e culturais que compõem sua programação, tais como novenas, barracas, pavilhões e procissões. Desse modo, a festa configura-se como um espaço de sociabilidade que favorece a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, contribuindo para a reprodução de práticas culturais e religiosas historicamente compartilhadas pela população local.

A análise dessas dinâmicas permite compreender a Festa de Setembro como parte de um contexto mais amplo de transformações sociais vivenciadas pelo município de Patos ao longo do século XX. Embora a religiosidade tenha permanecido como um elemento estruturante da vida social, a cidade passou a incorporar gradativamente características associadas aos processos de modernização que atingiram diferentes regiões do país. Entre os fatores que contribuíram para essas mudanças, destacam-se os impactos econômicos e culturais decorrentes da Segunda

Guerra Mundial, que favoreceram a difusão de novos padrões de consumo, hábitos cotidianos e formas de organização social.

No caso de Patos, o processo de modernização esteve diretamente relacionado à expansão das atividades comerciais e à ampliação dos meios de transporte e circulação. As cidades inseridas na malha ferroviária passaram por significativas transformações em suas estruturas urbanas, uma vez que a ferrovia intensificava a circulação de mercadorias, pessoas e informações. Nesse contexto, a implantação da estação ferroviária em Patos representou um marco para o desenvolvimento econômico local, contribuindo para a expansão urbana e para a consolidação do município como importante centro comercial do sertão paraibano.

A presença da ferrovia favoreceu, ainda, a concentração de diferentes grupos sociais atraídos pelas oportunidades econômicas proporcionadas pelo crescimento da cidade. Trabalhadores temporários e permanentes, comerciantes, ambulantes e prestadores de serviços passaram a integrar a dinâmica urbana local. Paralelamente, atividades econômicas ligadas ao transporte e à circulação de mercadorias estimularam o surgimento de oficinas mecânicas, postos de combustíveis, hotéis, restaurantes, bares e outros estabelecimentos que passaram a compor a paisagem urbana do município.

Essas transformações evidenciam que o processo de modernização de Patos não se restringiu à ampliação de sua infraestrutura urbana. Trata-se de um fenômeno que implicou mudanças nas formas de sociabilidade, nas relações econômicas e nas experiências cotidianas dos habitantes. Nesse cenário, a Festa de Setembro manteve sua relevância como espaço de expressão religiosa e cultural, ao mesmo tempo que acompanhou as mudanças sociais que marcaram a trajetória histórica da cidade. Dessa forma, a festividade constitui um importante observatório para a compreensão das relações entre religiosidade, modernização e produção das identidades coletivas no contexto sertanejo paraibano.

Todos esses elementos constituem evidências das profundas transformações que marcaram a cidade de Patos ao longo da primeira metade

do século XX. As mudanças observadas no espaço urbano, nas atividades econômicas e nos modos de vida refletem a incorporação de novos ideais de progresso e modernização que passaram a orientar o desenvolvimento local. Nesse sentido, Silva (2011, p. 42) destaca:

Patos ingressou na década de 1940 respirando ares de modernidade. A exemplo de um moderno prédio no estilo *art déco* construído para funcionar a sede da Prefeitura Municipal, um bonito prédio para os padrões da época, localizado na Rua Grande, esquina com a atual Rua Pedro Firmino, centro da cidade, vizinho à Escola Rio Branco e ao prédio dos Correios, na mesma rua da matriz de Nossa Senhora da Guia, quase em frente ao Hotel Central, ponte de parada das marinetes, caminhões e demais veículos automotores, uma espécie de cartão de visita da cidade.

As transformações urbanísticas mencionadas pelo autor revelam mudanças que extrapolavam a dimensão física da cidade, alcançando também os campos social, cultural, econômico e político. A reorganização dos espaços urbanos, a ampliação das atividades comerciais e a intensificação da circulação de pessoas contribuíram para a constituição de novas formas de sociabilidade e para a redefinição das experiências cotidianas dos habitantes.

Diante desse contexto, buscou-se, neste capítulo, compreender os processos que contribuíram para a formação sociocultural do município de Patos, PB, destacando a estreita relação entre religiosidade, urbanização e construção identitária. A devoção a Nossa Senhora da Guia foi analisada não apenas como expressão da fé católica, mas também como elemento estruturante da organização social e das práticas culturais que marcaram a trajetória histórica da cidade.

Ao mesmo tempo, procurou-se evidenciar como os processos de modernização alteraram hábitos, valores e formas de interação social, promovendo novas experiências de vida urbana. A instalação da ferrovia assumiu papel decisivo nesse processo, ampliando as conexões econômicas da cidade e fortalecendo sua posição estratégica no sertão paraibano. Dessa

forma, Patos consolidou-se como uma importante centralidade regional, tornando-se referência comercial e cultural para diversas localidades do interior nordestino e projetando-se no imaginário regional como a chamada “Capital do Sertão”.

Memória, identidade e patrimônio cultural: os sentidos da Festa de Setembro

Este capítulo examina a trajetória da Festa de Setembro nas décadas de 1950 e 1960, período marcado por importantes transformações na sociedade patoense. A partir dos registros preservados nos Livros de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Guia, busca-se investigar as formas de organização da celebração, os sujeitos envolvidos em sua realização, os significados atribuídos às práticas festivas e as estratégias mobilizadas para garantir sua continuidade em um contexto de mudanças sociais, urbanas e culturais. Tais documentos permitem acessar dimensões fundamentais da experiência coletiva construída em torno da festa, revelando tanto permanências quanto reconfigurações nas maneiras de celebrar, participar e produzir sentidos de pertença.

Inicialmente, a análise concentra-se na década de 1950, período em que a festividade se consolidou como um dos principais acontecimentos do calendário religioso e social do sertão paraibano. Os registros evidenciam intensa participação comunitária, protagonismo feminino na organização dos pavilhões e campanhas arrecadatórias, atuação das associações religiosas e presença de diferentes grupos sociais que contribuía para o êxito das celebrações. Ao mesmo tempo, as fontes revelam conflitos, disputas

simbólicas e tensões relacionadas à moralização dos espaços festivos, aspectos que demonstram a complexidade das relações sociais produzidas no interior da festa.

Em seguida, são examinadas as transformações verificadas ao longo da década de 1960, quando mudanças nas formas de participação comunitária, crescimento urbano e emergência de novas práticas de sociabilidade passaram a desafiar os modelos tradicionais de organização dos festejos. Longe de representar um processo de declínio, essas mudanças indicam a capacidade da celebração de adaptar-se a novos contextos históricos, preservando sua relevância como referência cultural e religiosa para a população local.

Por fim, o capítulo discute a Festa de Nossa Senhora da Guia sob a perspectiva da memória coletiva e do patrimônio cultural. Nessa abordagem, a festividade é compreendida como um patrimônio cultural vivo, constituído por práticas, saberes, rituais, símbolos e experiências compartilhadas que, continuamente recriados pela comunidade, contribuem para a construção da identidade cultural patoense. Ao articular fé, tradição, sociabilidade e memória, a Festa de Setembro consolidou-se como um dos principais marcos simbólicos da cidade, transformando-se em um espaço privilegiado para a compreensão das relações entre religiosidade, cultura e pertencimento no sertão paraibano.

3.1 A FESTA DE SETEMBRO NA DÉCADA DE 1950: RELIGIOSIDADE, SOCIABILIDADE E CONSTRUÇÃO DE PERTENCIMENTOS

A Festa de Nossa Senhora da Guia, realizada anualmente no mês de setembro, constitui uma das mais importantes manifestações do patrimônio cultural de Patos, PB. Para além de sua dimensão religiosa, a festividade mobilizou historicamente diferentes segmentos da sociedade local, articulando práticas devocionais, relações de sociabilidade e formas de participação comunitária que contribuíram para a construção da memória coletiva do município. A realização do evento pressupunha um cuidadoso processo de

organização, destinado tanto à condução das celebrações litúrgicas quanto ao desenvolvimento das atividades sociais que tradicionalmente compunham sua programação.

A relevância histórica da festividade pode ser observada por meio dos registros preservados nos Livros de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Guia. Como fonte, esse acervo constitui importante patrimônio histórico e documental, permitindo o acesso a aspectos significativos da vida religiosa e social da comunidade patoense. Em registro referente ao ano de 1950, encontra-se a seguinte descrição:

[...] O programa religioso obedeceu a [...] costumeira: pela manhã santa missa e comunhão; à tarde exercícios, digo. À noite exercícios religiosos [...]. O programa social constou de quermesses, barraquinhas etc. Duas bandeiras disputaram [...] competição financeira pra matriz – paz e harmonia. As noites foram entregues às classes constitucionais da sociedade patoense, às quais viabilizaram em melhor festejar a [...] padroeira do povo patoense. A festa assumiu proporções de um movimento [...], extravasando os limites da paróquia e congregando gente de toda uma região e até de paróquias distantes (Paróquia de Nossa Senhora da Guia, 1950, L. 05, fl. 74).

Embora o documento apresente trechos comprometidos pelo estado de conservação da fonte e pelas dificuldades de leitura paleográfica, seu conteúdo oferece importantes indícios acerca da estrutura organizacional da festividade. A referência à “costumeira” programação sugere a existência de um repertório ritual consolidado, reproduzido e legitimado pela tradição ao longo dos anos. Tal permanência evidencia a capacidade da festa de preservar práticas culturais transmitidas entre gerações, característica que reforça sua condição de patrimônio cultural imaterial.

Outro elemento digno de atenção refere-se à menção às “classes constitucionais da sociedade patoense”. A expressão evidencia a participação diferenciada de determinados grupos sociais na organização das festividades, revelando aspectos das relações de prestígio, influência e poder existentes na sociedade local da época. A documentação permite inferir que a condução

de determinadas atividades festivas, especialmente aquelas relacionadas aos pavilhões, às barracas e aos eventos sociais, encontrava-se associada aos segmentos economicamente mais favorecidos da comunidade. Nesse sentido, a fonte possibilita compreender a festa não apenas como manifestação religiosa, mas também como espaço de representação social e de legitimação de posições hierárquicas.

Os registros produzidos pelo vigário Zacarias Rolim também destacam a realização de disputas arrecadatórias entre bandeiras, prática comum em diversas festividades religiosas do Nordeste brasileiro. Para além de sua finalidade econômica, voltada à obtenção de recursos para a manutenção da Igreja e das atividades paroquiais, tais iniciativas estimulavam a participação dos fiéis e fortaleciam os laços de pertencimento comunitário. A arrecadação de fundos, nesse contexto, constituía uma prática social capaz de mobilizar distintos segmentos da população em torno de objetivos compartilhados.

A análise dessas fontes documentais permite compreender a Festa de Setembro como um fenômeno cultural complexo, no qual dimensões religiosas, sociais e patrimoniais encontram-se profundamente articuladas. Os registros paroquiais preservam vestígios das formas de organização, dos valores e das experiências coletivas que deram significado à celebração ao longo do tempo. Dessa forma, sua preservação assume relevância não apenas para a história da Igreja Católica em Patos, mas também para a salvaguarda da memória social da cidade e para a compreensão dos processos de construção de sua identidade cultural.

Nessa perspectiva, os Livros de Tombo configuram-se como importantes instrumentos para a pesquisa histórica e para as políticas de preservação do patrimônio cultural. Ao registrarem práticas, narrativas e acontecimentos vinculados à Festa de Setembro, esses documentos contribuem para a valorização de uma manifestação que permanece constituindo um dos principais referenciais culturais e identitários da sociedade patoense.

Em 1951, a Festa de Nossa Senhora da Guia foi realizada entre os dias 14 e 24 de setembro, reunindo expressiva participação popular e reafirmando seu papel como uma das principais manifestações religiosas e culturais de

Patos. Contudo, um episódio trágico interrompeu o curso normal das celebrações. Conforme registra o Livro de Tombo da Paróquia, “[...] na noite, em plena praça de festa foi assassinado um dos músicos da Banda principal. Como é natural; [...] a festa social foi suspensa nas suas [...] manifestações” (Paróquia de Nossa Senhora da Guia, 1952, L. 05, fl. 86).

Embora lacunas presentes no documento impeçam a compreensão integral do acontecimento, o registro revela a importância que a festividade possuía para a comunidade local. O fato de o episódio ter sido cuidadosamente anotado pelo pároco demonstra que eventos dessa natureza ultrapassavam o campo individual e alcançavam a esfera da memória coletiva. A interrupção da programação social evidencia o quanto a festa era percebida como um patrimônio compartilhado pela comunidade, capaz de reunir diferentes grupos em torno de valores, sentimentos e experiências comuns.

Mais do que uma celebração religiosa, a Festa de Nossa Senhora da Guia constituía um espaço privilegiado de produção de identidades. Ao congregar moradores da cidade e visitantes de localidades vizinhas, a festividade promovia o fortalecimento dos laços de pertencimento e contribuía para a construção de uma consciência coletiva associada à devoção mariana e à história local. A própria decisão de suspender parte das comemorações, diante da tragédia ocorrida, sugere a existência de vínculos comunitários sólidos, característicos de uma sociedade em que as relações de proximidade desempenhavam papel relevante na vida cotidiana.

Os registros de 1952 permitem observar outra dimensão importante do processo de construção identitária. A programação social encontrava-se organizada em torno de partidos ou grupos responsáveis pelos pavilhões e pelas campanhas de arrecadação destinadas à manutenção da Igreja. Contudo, o Livro de Tombo registra que a intensa competitividade entre esses grupos provocou alguns transtornos durante os festejos. Conforme anotado pelo pároco, “a parte social foi prejudicada pela jogatina desenfreada [...], (Paróquia de Nossa Senhora da Guia, 1952, L. 05, fl. 90).

A observação é particularmente significativa porque demonstra que a festa funcionava como um espaço de representação social. Os grupos que

participavam da organização não disputavam apenas recursos financeiros; disputavam também prestígio, visibilidade e reconhecimento dentro da comunidade. Essas práticas revelam a maneira pela qual determinados segmentos sociais buscavam afirmar sua presença e fortalecer sua inserção no universo simbólico da festa, contribuindo para a constituição das identidades coletivas que caracterizavam a sociedade patoense naquele período.

Os documentos relativos aos anos de 1953 e 1954, apesar de apresentarem problemas de conservação, preservam indícios importantes sobre a continuidade dessas dinâmicas. Em um dos registros é possível identificar a referência a uma disputa envolvendo candidatas ligadas aos pavilhões festivos: “na parte social foi grande [...] em torno de duas candidatas (disputando)” (Paróquia de Nossa Senhora da Guia, 1954, L. 06, fl. 22v).

Essas disputas possuíam relevância que ultrapassava o aspecto arrecadatório. Frequentemente envolviam famílias, grupos de amizade, setores da cidade e redes de relações construídas ao longo do tempo. Dessa forma, a festa tornava-se um espaço de reafirmação dos vínculos comunitários e de consolidação dos sentimentos de pertencimento. Ao mobilizar diferentes segmentos sociais em torno de objetivos comuns, contribuía para a produção de uma identidade compartilhada, construída a partir de experiências coletivas e valores culturalmente reconhecidos pela população.

Os preparativos para a festa também revelam a dimensão participativa desse processo. Os registros paroquiais demonstram que a organização começava semanas antes do início oficial das celebrações, envolvendo reuniões comunitárias e campanhas de arrecadação. Conforme anotado pelo pároco:

Estando os primeiros dias de agosto, demos início aos preparativos para a festa da Padroeira da paróquia. Neste sentido começamos a consultar o povo [...] reuniões [...] arrecadar esmolas de porta em porta na cidade e nas capelas. (Paróquia de Nossa Senhora da Guia, 1954).

A consulta aos moradores e a mobilização coletiva reforçam a ideia de que a Festa de Setembro era construída pela própria comunidade. A participação dos fiéis não se restringia à frequência nas celebrações religiosas, mas

incluía o planejamento, a arrecadação de recursos e a execução das atividades necessárias para sua realização. Essa dinâmica permitia que a festividade fosse constantemente recriada pelos sujeitos que dela participavam, garantindo a continuidade de práticas, valores e tradições que passaram a compor o repertório cultural da cidade.

Os sucessivos registros sobre quermesses, pavilhões, campanhas arrecadatórias e candidatas evidenciam que a festa desempenhava um papel central na vida social de Patos. Em 1955, por exemplo, o Livro de Tombo registra que o resultado financeiro ficou abaixo das expectativas dos organizadores. Ainda assim, o documento destaca a significativa atuação das candidatas vinculadas aos pavilhões, ressaltando a vitória da Senhora Dra. Pantila Torres, representante do pavilhão “Espinharas”. Mais uma vez, percebe-se que a documentação não se limita a registrar aspectos administrativos ou econômicos; ela preserva elementos fundamentais para compreender como diferentes grupos sociais buscavam participar e se reconhecer dentro da principal celebração da cidade.

Sob essa perspectiva, a Festa de Nossa Senhora da Guia pode ser compreendida como um importante espaço de construção da identidade cultural patoense. Ao reunir práticas religiosas, formas de sociabilidade, mecanismos de participação comunitária e experiências compartilhadas de pertencimento, a festividade contribuiu para a consolidação de referências simbólicas que passaram a integrar a memória coletiva da população. Os Livros de Tombo, ao registrarem essas experiências, preservam não apenas a história da festa, mas também os processos pelos quais a própria cidade foi produzindo, ao longo do tempo, os sentidos de sua identidade cultural.

A festa de 1956 constitui um marco importante para a compreensão da formação da identidade cultural patoense. A criação da Diocese de Patos conferiu à celebração um significado que extrapolava os limites da devoção religiosa, transformando-a em um acontecimento capaz de mobilizar a sociedade em torno de uma causa comum. Para a população local, a instalação da nova circunscrição eclesiástica representava não apenas o fortalecimento da Igreja Católica na região, mas também o reconhecimento

da importância política, econômica e cultural do município no contexto sertanejo. Assim, a Festa de Nossa Senhora da Guia tornou-se um espaço privilegiado de afirmação coletiva, no qual os habitantes de Patos reforçavam sua pertença à cidade e construíam uma narrativa comum sobre sua própria importância regional.

Os registros paroquiais revelam que a mobilização produzida pela festa ultrapassava os aspectos litúrgicos e alcançava diferentes dimensões da vida social. Ao convocar homens, mulheres, jovens e associações religiosas para participarem dos preparativos, a Igreja promovia uma ampla articulação comunitária que reforçava laços de solidariedade e pertencimento. Nesse sentido, a festa funcionava como um mecanismo de integração social, capaz de reunir diferentes grupos em torno de símbolos compartilhados, especialmente a devoção à Nossa Senhora da Guia, elemento central da memória coletiva local.

Entretanto, uma leitura crítica da documentação permite perceber que essa participação não ocorria de maneira igualitária. Os próprios registros evidenciam a presença de hierarquias sociais na condução da festa. As lideranças destacadas nos documentos pertenciam, em sua maioria, aos grupos mais influentes da cidade, condição que revela como a festividade também funcionava como espaço de visibilidade e distinção social. A Igreja, ao mesmo tempo que promovia a integração da comunidade, reproduzia estruturas de prestígio já existentes na sociedade local, conferindo protagonismo a determinados grupos e famílias que possuíam maior capital social e econômico.

Nesse contexto, merece especial atenção o papel desempenhado pelas mulheres. Embora frequentemente ausentes dos cargos formais de decisão dentro da estrutura eclesial, elas aparecem nas fontes como protagonistas da organização prática da festividade. Os registros mencionam explicitamente a atuação de Dona Sousa Nóbrega Wanderley e Dona Luiza Ferreira de Souza à frente dos pavilhões Esmeralda e Safira, além da colaboração de diversas senhoras da sociedade local e de membras das associações religiosas. Conforme registra o Livro de Tombo:

E o resultado material da festa [...] demonstrou tudo isso. Uma soma de [...] obtidos pelo pavilhão Esmeralda e Safira [...] esforço, a boa vontade [...] cooperação do povo [...]. A vitória do pleito social, coube ao Pavilhão Esmeralda tendo à frente [...] Sra. D. Sousa Nóbrega Wanderley, auxiliada por outras dedicadas senhoras da sociedade local. O pavilhão Safira, cujo trabalho foi também realmente notável, teve a frente à [...] D. Luiza Ferreira de Souza, auxiliada por outras senhoras especialmente associações Religiosas (Paróquia de Nossa Senhora da Guia, 1956, fl. 60).

A análise dessas informações permite compreender que as mulheres exerciam funções estratégicas para o sucesso da festa. Eram responsáveis pela mobilização comunitária, pela arrecadação de recursos, pela coordenação de atividades sociais e pelo fortalecimento das redes de solidariedade que sustentavam a celebração. Em muitos aspectos, a permanência e o sucesso da Festa de Setembro dependiam diretamente desse trabalho feminino, frequentemente invisibilizado pelos registros oficiais, que tendiam a privilegiar a atuação do clero e das lideranças masculinas.

Essa constatação revela uma das contradições presentes na documentação eclesiástica. Embora a Igreja atribuísse às mulheres papéis secundários dentro da hierarquia institucional, na prática, elas se constituíam como agentes indispensáveis para a manutenção da vida religiosa e das manifestações culturais associadas à fé. A festa, portanto, funcionava como um espaço em que as mulheres construía formas próprias de protagonismo social, acumulando reconhecimento e influência no interior da comunidade, mesmo diante das limitações impostas pelas estruturas patriarcais da época.

Sob a perspectiva do patrimônio cultural, o papel dessas mulheres adquire importância ainda maior. Foram elas que, por meio de suas ações cotidianas, contribuíram para a transmissão de saberes festivos, práticas devocionais, formas de organização comunitária e tradições que atravessaram gerações. A preservação da Festa de Nossa Senhora da Guia como uma das principais referências culturais de Patos não pode ser compreendida sem considerar essa atuação feminina, responsável por garantir a continuidade de uma celebração que se tornou parte constitutiva da identidade local.

Dessa forma, a documentação de 1956 permite compreender a festa como um patrimônio cultural vivo, construído coletivamente por diferentes sujeitos sociais. Mais do que uma manifestação religiosa, a Festa de Nossa Senhora da Guia constituiu um espaço de produção de memórias, afirmação de pertencimentos e construção de identidades. Ao reunir fé, sociabilidade, trabalho comunitário e tradições compartilhadas, a celebração consolidou-se como um dos principais símbolos da cultura patoense, permanecendo na memória social da cidade como expressão de sua trajetória histórica e de seus valores coletivos.

O êxito alcançado na festa de 1956 não se encerrou com o término das celebrações. A mobilização provocada pela criação e instalação da Diocese de Patos produziu efeitos que se estenderam para os anos seguintes, fortalecendo os vínculos entre a comunidade e sua principal manifestação religiosa. A festividade consolidava-se cada vez mais como um espaço de construção de pertencimentos e de reafirmação da identidade cultural local, sendo capaz de congregiar diferentes segmentos da sociedade em torno da devoção à padroeira.

Nesse contexto, os preparativos para a Festa de Nossa Senhora da Guia de 1957 foram marcados pela continuidade do entusiasmo observado no ano anterior. Os registros paroquiais revelam que o vigário encontrou ampla receptividade entre os diversos grupos sociais da cidade para discutir e planejar as atividades relacionadas à celebração. Essa disposição evidencia não apenas o prestígio alcançado pela festa, mas também a capacidade que ela possuía de mobilizar a população em torno de objetivos compartilhados.

Entre as expectativas que cercavam a edição de 1957, destacava-se a restauração da imagem de Nossa Senhora da Guia. Enviada ao Rio de Janeiro para os serviços especializados da Casa Nossa Senhora do Carmo, a imagem deveria retornar nos primeiros dias de setembro para participar das solenidades da padroeira. O cuidado dispensado à sua conservação ultrapassava uma preocupação meramente material. Tratava-se da preservação de um dos mais importantes símbolos religiosos da cidade, um objeto que condensava memórias, devoções e experiências compartilhadas por gerações de patoenses.

A centralidade atribuída à imagem demonstra como determinados bens religiosos se transformam em referências fundamentais da memória coletiva. Ao redor dela, foram construídas narrativas, práticas devocionais e formas de pertencimento que ajudaram a consolidar a identidade cultural da cidade. Sua restauração representava, portanto, uma ação de preservação patrimonial destinada a garantir a continuidade de uma tradição profundamente enraizada na experiência histórica do povo patoense.

Como em anos anteriores, a organização da festividade exigia planejamento antecipado e ampla participação popular. Nesse processo, cabia ao vigário convocar reuniões, articular lideranças e mobilizar os fiéis para os trabalhos preparatórios, conforme registra o Livro de Tombo (1957, L. 06, fl. 75v):

Começando o mês de agosto, começam preparativos para a festa religiosa [ilegível] social de Nossa Senhora da Guia. Realizamos sessões com homens, senhoras e senhorinhas a fim de colher sugestões sobre o modo melhor [ilegível] tradicional[ilegível] sócio-religioso. Destas conclusões resultou que a festa social se faria com dois pavilhões de quermesse: “Motorista e Comércio”; apresentando-se como diretora as exmas. senhoras D. Luiza Ferreira de Souza e Dr. Quitéria Satyro Xavier, respectivamente.

Os registros produzidos pelo padre Francisco Sitônio permitem perceber que os meses que antecediam a Festa de Nossa Senhora da Guia eram vividos sob intensa expectativa pela população patoense. A preparação da principal celebração religiosa da cidade mobilizava diferentes setores da comunidade, transformando o cotidiano local em um período de espera, organização e envolvimento coletivo. Em 1957, entretanto, um elemento especial contribuiu para ampliar ainda mais essa expectativa: o aguardado retorno da imagem restaurada de Nossa Senhora da Guia, um dos principais símbolos da devoção mariana no município.

A documentação paroquial revela que a restauração da imagem não representava apenas uma intervenção material sobre um objeto religioso. A preocupação em recuperar sua integridade estética e devocional evidencia

o valor simbólico que ela possuía para a comunidade. Mais do que uma escultura sacra, a imagem constituía um referencial de memória coletiva, capaz de conectar gerações distintas por meio de experiências compartilhadas de fé, devoção e pertencimento. Sua preservação pode ser compreendida, portanto, como uma prática de salvaguarda de um patrimônio cultural que condensava parte significativa da história religiosa e social da cidade.

Os esforços empreendidos para viabilizar a restauração evidenciam o amplo envolvimento da comunidade nesse projeto. O resultado financeiro da festa foi destinado ao custeio dos trabalhos realizados no Rio de Janeiro, na Casa Nossa Senhora do Carmo, contando também com contribuições obtidas por meio da atuação de mulheres que mobilizaram redes de solidariedade para além dos limites do município. Entre elas, destaca-se a senhora Alice Costelliano, responsável pela arrecadação de recursos entre conterrâneos residentes na capital fluminense. Esse aspecto revela como a devoção à padroeira era capaz de ultrapassar fronteiras geográficas, fortalecendo vínculos identitários entre aqueles que, mesmo distantes de Patos, continuavam a se reconhecer como membros daquela comunidade de origem.

A relevância atribuída ao retorno da imagem torna-se evidente nos registros do Livro de Tombo. Segundo a documentação,

No dia 14 de setembro, primeiro dia da festa, o povo da paróquia concentrou-se aqui para receber triunfalmente a Imagem da padroeira que voltava ricamente restaurada (Paróquia de Nossa Senhora da Guia, 1957, L. 06, fl. 76v).

A escolha da expressão “recepção triunfal” não deve ser compreendida como simples recurso retórico do redator. Ela sugere a magnitude simbólica atribuída ao acontecimento pela comunidade. A imagem retornava não apenas restaurada fisicamente, mas revestida de novos significados sociais, tornando-se o centro de uma celebração que mobilizou toda a cidade. Nesse sentido, a fonte permite compreender a imagem como um verdadeiro símbolo identitário, em torno do qual se articulavam memórias, afetos e formas de pertencimento coletivo.

Os preparativos descritos pela documentação ajudam a reconstituir a dimensão pública dessa recepção. A cidade foi ornamentada para o evento; um carro triunfal foi especialmente preparado para conduzir a imagem; faixas de homenagem, girândolas de fogos, cânticos e um palanque de recepção compunham o cenário cuidadosamente elaborado para marcar aquele momento. Tais elementos revelam que a chegada da imagem era percebida como um acontecimento extraordinário, digno de ocupar o espaço urbano e envolver toda a população em uma experiência coletiva de celebração.

A concentração dos fiéis na Capela de São Sebastião, às 16 horas, para conduzir a imagem até o centro urbano às 17 horas também merece destaque. Naquele período, a capela localizava-se em uma área periférica em relação ao núcleo urbano da cidade. O percurso realizado pelos participantes transformava-se, assim, em um rito público de ocupação simbólica do espaço, no qual a cidade era percorrida e ressignificada pela presença da padroeira. Participavam do cortejo não apenas os fiéis, mas também sacerdotes e autoridades civis, o que evidencia o prestígio social alcançado pela festividade.

Outro aspecto significativo refere-se à participação das mulheres na organização e representação da festa. O hasteamento da bandeira foi confiado à rainha da edição anterior, prática que reforçava a valorização de figuras femininas no interior da celebração. Em 1957, a vitória coube ao Pavilhão dos Motoristas, que teve como rainha a senhorita Ana Paula, jovem pertencente à sociedade patoense. Embora os registros eclesiásticos frequentemente privilegiem a atuação do clero e das lideranças masculinas, uma leitura atenta das fontes permite perceber o protagonismo das mulheres em diferentes dimensões da festa.

Eram elas que lideravam campanhas de arrecadação, coordenavam pavilhões, articulavam redes de colaboração e representavam a comunidade durante as celebrações. A própria arrecadação destinada à restauração da imagem contou com significativa participação feminina, revelando uma atuação que ultrapassava os limites da devoção privada. Nesse sentido, as mulheres exerciam papel fundamental na preservação e transmissão das

práticas culturais associadas à Festa de Nossa Senhora da Guia, tornando-se agentes centrais na construção da memória coletiva da cidade.

Sob a perspectiva do patrimônio cultural, o episódio da restauração e da recepção da imagem permite compreender como determinados bens religiosos adquirem significados que vão além de sua função litúrgica. A imagem de Nossa Senhora da Guia constituía um poderoso símbolo de identidade para a população patoense, funcionando como elo entre passado e presente, entre memória e tradição. Sua chegada triunfal em 1957 não representou apenas a devolução de um objeto restaurado, mas a reafirmação de uma herança cultural compartilhada, capaz de mobilizar a comunidade em torno de valores, crenças e referências que continuavam a definir o sentimento de pertencimento à cidade de Patos.

Os preparativos para a Festa de Nossa Senhora da Guia de 1958 seguiram a dinâmica observada nos anos anteriores, sendo marcados pela realização de reuniões destinadas a planejar tanto a programação religiosa quanto as atividades sociais. Contudo, os registros daquele ano revelam uma preocupação particular das autoridades eclesiásticas com a organização e o controle dos espaços festivos. Além das questões relacionadas à arrecadação de recursos e à participação comunitária, a documentação evidencia um esforço explícito de disciplinamento moral da festa.

Conforme registrado no Livro de Tombo, durante as reuniões preparatórias, foi defendida uma atuação mais incisiva das autoridades civis, especialmente do Judiciário local, para coibir práticas consideradas incompatíveis com os valores promovidos pela Igreja:

não seria permitido mulher em praça pública o que é, de fato, uma consternação legal. Com a intenção também de moralizar, o mais possível o ambiente da festa social, fizemos apelo afim de não serem adotadas barracas com recinto “reservado” o que foi igualmente aprovado [...] (Paróquia de Nossa Senhora da Guia, 1958, L. 06, fl. 101).

A linguagem empregada pelo documento é reveladora dos esforços da instituição eclesiástica para controlar os usos e significados da festa. Ao

defender a “moralização” do ambiente festivo, o registro expõe a existência de práticas e grupos sociais que escapavam ao modelo idealizado pela Igreja. Nesse sentido, a fonte não apenas descreve uma realidade, mas expressa uma tentativa de disciplinar comportamentos e delimitar quais formas de participação seriam consideradas legítimas dentro da celebração.

A referência às chamadas “barracas paralelas” permite compreender melhor esse processo. Segundo a tradição oral preservada na memória da cidade, esses espaços se relacionavam à chamada Bagaceira, uma festividade popular que ocorria paralelamente à programação oficial da Festa de Setembro. Frequentada sobretudo por trabalhadores, moradores das camadas populares e indivíduos que não se identificavam com os padrões sociais predominantes nos pavilhões centrais, a Bagaceira constituía uma experiência distinta de lazer e sociabilidade. Ali se reuniam sujeitos que muitas vezes permaneciam à margem dos espaços mais prestigiados da festa oficial.

Sob a perspectiva do patrimônio cultural, a existência desses dois circuitos festivos revela uma importante dimensão da história social de Patos. A Festa de Nossa Senhora da Guia não era um espaço homogêneo, mas um território de disputas simbólicas no qual diferentes grupos buscavam afirmar suas formas de convivência, seus valores e suas identidades. Enquanto a Igreja procurava construir uma festividade ordenada, familiar e moralmente regulada, setores populares desenvolviam práticas culturais próprias, criando espaços alternativos de sociabilidade que também passaram a integrar a memória coletiva da cidade.

A documentação eclesiástica, naturalmente, tende a apresentar essas manifestações sob uma ótica negativa, associando-as à desordem e aos comportamentos considerados inadequados. No entanto, para o historiador, tais registros são particularmente valiosos justamente porque permitem identificar aquilo que a fonte procura controlar ou silenciar. Como lembra Michel de Certeau (1994), as práticas cotidianas frequentemente escapam aos mecanismos institucionais de regulação, produzindo usos e significados próprios para os espaços sociais. Nesse caso, a crítica presente no Livro de Tombo revela que a festa era apropriada de maneiras distintas pelos diversos segmentos da população.

Por essa razão, a Festa de Nossa Senhora da Guia deve ser compreendida como um patrimônio cultural complexo, construído não apenas pelas ações da Igreja e das elites locais, mas também pelas contribuições das camadas populares. As memórias associadas aos pavilhões oficiais, às quermesses religiosas, às procissões e até mesmo à Bagaceira compõem, em conjunto, o universo de significados que tornou a festividade um dos principais referenciais identitários da cidade. Reconhecer essa pluralidade de experiências permite compreender a festa não apenas como expressão da devoção católica, mas como um espaço privilegiado de construção da identidade cultural patoense.

Dois aspectos presentes nos registros de 1958 merecem atenção especial por revelarem tensões existentes entre os valores defendidos pela Igreja e as práticas sociais desenvolvidas no interior da festividade. O primeiro refere-se aos nomes atribuídos aos pavilhões que disputavam a parte social da festa: Ciganas e Baianas. A escolha dessas denominações torna-se particularmente significativa quando analisada em conjunto com a preocupação do pároco em controlar a presença feminina nos espaços públicos da celebração.

A documentação evidencia o esforço das autoridades eclesiásticas para exercer maior fiscalização sobre o ambiente festivo, especialmente sobre comportamentos considerados incompatíveis com os padrões morais defendidos pela Igreja. O discurso da moralização aparece de forma explícita na escrita do padre Francisco Sitônio e reflete uma preocupação recorrente da instituição em delimitar quais práticas e quais sujeitos poderiam ocupar legitimamente os espaços da festa. Nesse contexto, a referência às chamadas “mulheres suspeitas” e a tentativa de impedir a instalação de determinadas barracas revelam não apenas uma preocupação religiosa, mas também mecanismos de controle social direcionados, sobretudo, às mulheres e às manifestações populares que escapavam ao modelo idealizado pela Igreja.

Paradoxalmente, a mesma documentação que procura restringir determinados comportamentos evidencia o papel central das mulheres na própria realização da festa. Eram elas que lideravam os pavilhões, organizavam campanhas de arrecadação, mobilizavam colaboradores e coordenavam

grande parte das atividades sociais. Essa contradição revela a complexidade das relações entre gênero, religiosidade e poder no interior da festividade. Ao mesmo tempo que a Igreja buscava regular a presença feminina nos espaços públicos, dependia fortemente do trabalho e da liderança das mulheres para garantir o sucesso das comemorações.

Sob a perspectiva do patrimônio cultural, tais tensões tornam-se particularmente relevantes. Elas permitem compreender a Festa de Nossa Senhora da Guia não como uma manifestação homogênea ou consensual, mas como um espaço de negociação permanente entre diferentes visões de mundo, valores morais e formas de participação social. A análise das fontes demonstra que a construção da tradição festiva envolvia disputas simbólicas acerca dos usos do espaço público, dos comportamentos considerados legítimos e dos grupos que deveriam representar a comunidade.

Um segundo elemento merece destaque no registro de 1958: a transmissão das festividades pela Rádio Espinharas. Trata-se de um acontecimento significativo para a compreensão da expansão do alcance da celebração. Pela primeira vez, a festa deixava de ser vivenciada apenas pelos que se encontravam fisicamente no espaço da igreja e dos pavilhões, alcançando ouvintes situados em outros bairros, localidades rurais e municípios vizinhos. A mediação radiofônica ampliava o raio de ação da devoção à padroeira e permitia que a experiência religiosa fosse compartilhada também nos ambientes domésticos, incorporando novos públicos à celebração.

A presença do rádio representava, portanto, um importante marco na trajetória da festa. Ao atravessar as fronteiras físicas da paróquia, a festividade fortalecia sua capacidade de produzir referências coletivas e de consolidar sentimentos de pertencimento entre aqueles que se identificavam com a tradição religiosa local. Nesse sentido, a tecnologia não substituíra a experiência comunitária da celebração; ao contrário, ampliava sua dimensão simbólica e fortalecia sua inserção na memória social da região. O Livro de Tombo registra que:

À tarde realiza-se grandiosa procissão com a imagem da Padroeira, Nossa Senhora da Guia. Às 19 horas procedeu-se o descerramento

da bandeira que foi entregue à Rainha eleita na parte social pelo Pavilhão das Baianas, senhorita Xavier.

A passagem evidencia a permanência de rituais que, ao longo dos anos, contribuíram para consolidar a identidade cultural associada à festa. Entre eles, destaca-se a cerimônia de entrega da bandeira à rainha eleita. Mais do que um ato protocolar, tratava-se de um ritual de transmissão simbólica que assegurava a continuidade da tradição entre uma edição e outra da festividade. A rainha conservava a bandeira durante todo o ano e a devolvia na celebração seguinte, quando esta seria novamente hasteada e entregue à nova representante escolhida.

A força desses rituais reside precisamente em sua capacidade de produzir continuidade histórica. Por meio deles, a comunidade renovava anualmente seus vínculos com a padroeira, reafirmava suas tradições e transmitia valores coletivos às novas gerações. São práticas como essa que permitem compreender a Festa de Nossa Senhora da Guia como um patrimônio cultural vivo, sustentado não apenas por objetos, edifícios ou documentos, mas principalmente por saberes, gestos, memórias e experiências compartilhadas pela população.

No ano seguinte, 1959, novos desafios se apresentaram à organização da festividade. A cidade enfrentava problemas relacionados ao fornecimento de energia elétrica justamente no período tradicional da festa, entre os dias 14 e 24 de setembro. Diante dessa situação, o pároco solicitou autorização ao recém-nomeado bispo diocesano, Dom Expedito Oliveira, para transferir as comemorações para o período de 3 a 13 de outubro. O pedido foi aceito, demonstrando a capacidade de adaptação da comunidade diante das circunstâncias adversas e a importância atribuída à realização da festa.

Apesar dos esforços empreendidos na organização religiosa e social, o tom adotado pelo padre Francisco Sitônio no registro referente a 1959 revela certa preocupação com as transformações em curso na sociedade local. O sacerdote registrou:

Quanto a parte social da festa, nada de novo pude apresentar devido às escusas que as senhoras apresentaram quando convidadas a

trabalhar. Apesar dos insistentes apelos ao Delegado, Juiz de Direito e Prefeito; apesar das repetidas promessas de providências por parte dessas autoridades, as inconveniências de jogos e presença de mulheres suspeitas continuarem no ambiente da festa. Notei e estranhei muito que a cidade não está mais dando à festa da padroeira a importância e o destaque que merece e de que gozava tempos passados. (Paróquia de Nossa Senhora da Guia, 1959, L. 06, fl. 133).

A leitura crítica dessa passagem revela um aspecto fundamental para a compreensão da festa como patrimônio cultural: a memória é sempre construída a partir de percepções e interesses específicos. Ao lamentar a suposta perda de importância da festividade, o pároco expressa sua própria visão acerca das mudanças sociais que começavam a ocorrer em Patos. Entretanto, mais do que evidenciar um declínio da festa, o documento sugere transformações nas formas de participação, nas sociabilidades urbanas e nos modos de apropriação do evento pelos diferentes grupos da população. Assim, a fonte não registra apenas a história da Festa de Nossa Senhora da Guia; ela revela as disputas, os conflitos, as permanências e as mudanças que acompanharam a construção da identidade cultural patoense ao longo do século XX. É justamente essa riqueza de significados que transforma a celebração em um dos mais importantes patrimônios culturais da cidade.

Essa interpretação pode ser observada nos relatos do padre Francisco Paulo Licarião, que registra os esforços empreendidos para organizar a programação social. Segundo a documentação paroquial, tornou-se cada vez mais difícil conseguir a adesão dos fiéis aos trabalhos preparatórios, obrigando o sacerdote a recorrer a um grupo reduzido de colaboradoras da sociedade local para viabilizar a realização da festa. Ainda assim, foram constituídos dois pavilhões, denominados *Azul* e *Encarnado*, que assumiram a responsabilidade pelas atividades de arrecadação e animação social.

A leitura da fonte, entretanto, exige cautela. Ao afirmar que a festa já não possuía a mesma empolgação dos anos anteriores, o documento expressa, sobretudo, a percepção do próprio clero diante das mudanças sociais em

curso na cidade. O sentimento de perda frequentemente presente nos Livros de Tombo pode ser interpretado como uma reação às transformações que afetavam as formas tradicionais de participação comunitária. Nesse sentido, mais do que evidenciar um enfraquecimento da Festa de Nossa Senhora da Guia, a documentação sugere a emergência de novas dinâmicas sociais e de outras formas de sociabilidade que passavam a disputar a atenção da população urbana.

Mesmo diante dessas dificuldades, a atuação das mulheres continuava sendo fundamental para a manutenção da festividade. Mais uma vez, foram elas que assumiram a organização dos pavilhões, a mobilização dos colaboradores e boa parte das atividades necessárias à realização da festa. Tal protagonismo, embora frequentemente tratado de maneira secundária pelos registros oficiais da Igreja, revela a importância das lideranças femininas na preservação das tradições locais e na continuidade das práticas culturais associadas à devoção à padroeira.

Do ponto de vista patrimonial, esse momento é particularmente significativo. As dificuldades registradas pela Igreja permitem compreender que a permanência de uma manifestação cultural depende de constantes processos de negociação, adaptação e renovação. A Festa de Nossa Senhora da Guia não se manteve viva por permanecer inalterada, mas justamente por sua capacidade de atravessar transformações históricas, mobilizando diferentes gerações em torno de referências simbólicas compartilhadas.

A documentação também informa que os recursos obtidos por meio das quermesses e das doações foram modestos quando comparados aos de anos anteriores. O montante arrecadado foi suficiente apenas para custear as despesas com a banda proveniente da cidade de Uiraúna, responsável pela animação dos pavilhões. Ainda assim, o fato de a festa continuar sendo realizada, apesar das limitações financeiras e organizacionais, demonstra sua relevância para a comunidade local. Mais do que uma celebração religiosa, a Festa de Nossa Senhora da Guia permanecia como um importante espaço de produção de memória coletiva, reafirmação de pertencimentos e manutenção da identidade cultural patoense.

3.2 A FESTA DE SETEMBRO NA DÉCADA DE 1960: PERMANÊNCIAS, TRANSFORMAÇÕES E RECONFIGURAÇÃO DA TRADIÇÃO

Ao final da década de 1950, a Festa de Nossa Senhora da Guia começava a apresentar sinais de mudanças em sua forma de organização. Os registros paroquiais revelam que a mobilização comunitária observada nos anos da criação da Diocese de Patos já não se verificava com a mesma intensidade. As dificuldades para reunir colaboradores aumentavam progressivamente, sobretudo entre as senhoras da sociedade local, historicamente responsáveis pela condução dos pavilhões, pelas campanhas de arrecadação e pela articulação das atividades sociais da festividade.

A documentação produzida pelos sacerdotes sugere certo sentimento de frustração diante da diminuição do engajamento dos fiéis. Entretanto, o historiador deve analisar tais registros com cautela. Os Livros de Tombo refletem a percepção dos membros do clero, que frequentemente interpretavam as transformações sociais como sinais de enfraquecimento das tradições religiosas. Ainda assim, as fontes permitem levantar importantes questionamentos. Entre eles, destaca-se a possibilidade de que os constantes discursos de moralização dirigidos aos espaços festivos tenham contribuído para o afastamento de parte dos participantes. Ao longo dos anos anteriores, a Igreja procurou controlar comportamentos, fiscalizar determinadas práticas e restringir a participação de sujeitos considerados inadequados ao ambiente da festa. Não é improvável que tais medidas tenham produzido tensões com grupos que anteriormente colaboravam ativamente na realização dos festejos.

Diante desse cenário, o padre Francisco Licarião buscou alternativas para manter a programação social da festa. Em 1961, conseguiu reunir um grupo de senhoras dispostas a colaborar com a organização e propôs uma nova metodologia para os pavilhões:

[...] O plano que apresentei que serviu de experiência este ano é o seguinte: cada noite da festa tem uma diretora independente em cada Pavilhão. Cada uma tem sua campanha e sua candidata. Na apuração

final, soma-se o resultado das diversas diretoras de cada Pavilhão. Onde o total foi maior, aí estará a vitória. Dentro do Pavilhão será vitoriosa a diretora que tiver apresentado maior resultado financeiro. Será eleita rainha da festa a candidata da noite vitoriosa dentro do Pavilhão vencedor (Paróquia de Nossa Senhora da Guia, 1961, L. 06, fl. 151v).

A proposta revela uma tentativa de descentralizar a organização e ampliar a participação da comunidade. Ao dividir as responsabilidades entre diferentes diretoras, o pároco procurava estimular o envolvimento de novos grupos sociais e aumentar a arrecadação financeira. A fonte também evidencia, mais uma vez, o protagonismo feminino na sustentação da festa. Embora as estruturas formais da Igreja permanecessem sob liderança masculina, eram as mulheres que assumiam a coordenação cotidiana das campanhas, das candidaturas, das arrecadações e das atividades sociais.

A experiência produziu resultados limitados. Segundo os registros, as despesas continuavam elevadas e as dificuldades organizacionais persistiam. Nos anos seguintes, a situação tornou-se ainda mais delicada, a ponto de o vigário cogitar a redução da duração da festa para apenas três dias. A reação da população demonstra, contudo, a força simbólica da celebração na memória coletiva da cidade. Quando os moradores reivindicaram a manutenção do formato tradicional da festa, o sacerdote respondeu que a tradição deveria incluir também a participação ativa da comunidade em sua organização.

Essa passagem é particularmente significativa para a compreensão da festa como patrimônio cultural. Ela revela que as tradições não são realidades imutáveis, mas construções coletivas que dependem da participação contínua dos grupos sociais que as produzem e reproduzem. A permanência da Festa de Nossa Senhora da Guia não estava garantida apenas pela devoção religiosa; dependia igualmente do trabalho de homens e mulheres dispostos a dedicar tempo, recursos e esforços para sua realização.

Os registros de 1962 revelam o aprofundamento dessas dificuldades:

De 14 a 24 do corrente ano, como é tradicional realizou-se a festa da Padroeira, que foi muito desanimada e pouco concorrida. As pregações foram feitas por Frei Pascal e o sermão da Festa, que seria

feito por Monsenhor Vieira, não houve porque Mons. adoeceu na última hora e nem pôde falar no encerramento da procissão [...] (Paróquia de Nossa Senhora da Guia, 1962, L. 06, fl. 160).

Mais uma vez, o tom pessimista da fonte deve ser compreendido à luz das expectativas do próprio clero. O que o documento registra não é necessariamente o desaparecimento da festa, mas a percepção de que os modelos tradicionais de participação já não produziam os mesmos resultados de décadas anteriores. A sociedade patoense encontrava-se em transformação. O crescimento urbano, a ampliação das atividades econômicas e o surgimento de novas formas de lazer e sociabilidade modificavam gradativamente os modos pelos quais a população se relacionava com os eventos religiosos.

Após a transferência do padre Francisco Licarião, os registros referentes ao ano de 1963 tornam-se escassos. A administração da paróquia passou a ser exercida diretamente por Dom Expedito Oliveira, primeiro bispo da Diocese de Patos, que realizou poucas anotações sobre a festa nos Livros de Tombo. Essa lacuna documental é, em si mesma, um dado importante, pois, como ensina Le Goff (2003), o silêncio das fontes também constitui parte da história e exige interpretação. A ausência de registros não significa necessariamente ausência de acontecimentos, mas evidencia mudanças nos processos de produção e conservação da memória institucional.

Em 1964, entretanto, a festa experimentaria uma importante reconfiguração. Diante das dificuldades enfrentadas pela Igreja para mobilizar colaboradores, o vigário convocou homens influentes da cidade para assumir responsabilidades na organização dos festejos. Segundo a documentação, a resposta inicial foi pouco expressiva. Contudo, um grupo ligado ao comércio local decidiu assumir a condução da celebração. O Livro de Tombo registra:

O comércio através de seus representantes resolveu fazer a festa. Agora foram eles que procuraram o vigário e criaram imediatamente a comissão central. Daí por diante o entusiasmo tomou conta de todos e a festa teve um rendimento nunca visto em Patos. A finalidade foi substituir o teto quanto antes para salvar a pintura da Catedral. (Paróquia de Nossa Senhora da Guia, 1964, L. 06, fl. 172).

A passagem é reveladora. Pela primeira vez, a iniciativa de organizar a festa não partia diretamente da Igreja, mas de um setor da própria sociedade civil. Essa mudança demonstra a profunda inserção da Festa de Nossa Senhora da Guia na vida cultural do município. Mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelo clero, a comunidade reconhecia o valor simbólico da celebração e mobilizava-se para garantir sua continuidade.

Sob a perspectiva do patrimônio cultural, esse episódio possui grande relevância. Ele demonstra que a festa já havia ultrapassado os limites da instituição religiosa para tornar-se um bem coletivo, reconhecido como parte da identidade da cidade. A mobilização dos comerciantes não pode ser reduzida apenas a interesses econômicos. Ela evidencia o reconhecimento da festividade como um elemento estruturante da memória social patoense e como um espaço privilegiado de construção de pertencimento comunitário.

A ausência de registros entre os anos de 1964 e 1971 constitui uma lacuna importante na documentação paroquial. Provavelmente relacionada às frequentes mudanças de párocos e aos processos administrativos da diocese recém-criada, essa descontinuidade documental evidencia os desafios enfrentados pelos pesquisadores do patrimônio cultural. Ainda assim, os registros preservados permitem compreender que, mesmo em meio às transformações sociais da década de 1960, a Festa de Nossa Senhora da Guia continuou ocupando lugar central na construção da identidade cultural de Patos, mantendo-se como uma das mais importantes referências de memória coletiva da cidade.

3.3 A FESTA DE SETEMBRO: MEMÓRIA COLETIVA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL

A Festa de Nossa Senhora da Guia constitui uma das mais importantes referências culturais da cidade de Patos. Sua relevância ultrapassa os limites da devoção religiosa para inserir-se no conjunto de práticas sociais, memórias compartilhadas e símbolos coletivos que contribuem para a construção da identidade cultural patoense. Ao longo de mais de dois séculos,

a celebração consolidou-se como um espaço privilegiado de encontro entre fé, tradição, sociabilidade e pertencimento, reunindo diferentes gerações em torno de experiências que ajudam a definir o que significa ser parte da comunidade local.

Compreender a festa como patrimônio cultural exige ir além de uma visão centrada exclusivamente em seus aspectos religiosos. Conforme assinala Funari (2009), o patrimônio não se restringe a monumentos, edifícios ou objetos materiais, mas abrange também rituais, celebrações, saberes e práticas culturais reconhecidas coletivamente como parte da herança de um grupo social. Nessa perspectiva, a Festa de Nossa Senhora da Guia pode ser compreendida como um patrimônio cultural imaterial, constituído por um conjunto de experiências que, transmitidas e recriadas ao longo do tempo, permanecem vivas na memória da cidade.

A força patrimonial da festa está diretamente relacionada à sua capacidade de produzir e atualizar memórias coletivas. Halbwachs (1999) afirma que a memória não é construída individualmente, mas no interior dos grupos sociais que compartilham experiências, valores e referências simbólicas comuns. As lembranças permanecem vivas porque são constantemente reativadas por meio de práticas coletivas, de lugares, de rituais e de símbolos reconhecidos pela comunidade. A Festa de Setembro atua precisamente como um desses “marcos sociais da memória”, permitindo que a população reafirme, ano após ano, sua ligação com a história da cidade e com a devoção à sua padroeira.

Entre os elementos simbólicos mais significativos da celebração, destaca-se a própria imagem de Nossa Senhora da Guia. Mais do que um objeto de culto religioso, a imagem constitui um poderoso suporte da memória coletiva local. Sua restauração, em 1957, e a recepção triunfal organizada pela comunidade para marcar seu retorno evidenciam que o valor atribuído à imagem ultrapassava sua materialidade. Ela representava a continuidade de uma tradição, a permanência de uma devoção compartilhada e a preservação de um dos mais importantes referenciais identitários da cidade. Ao mobilizar esforços coletivos para restaurá-la e recebê-la festivamente,

a comunidade reafirmava o lugar central que a padroeira ocupava em sua trajetória histórica.

Outro símbolo fundamental é a procissão realizada no dia 24 de setembro. Nesse momento, a cidade transforma-se em um grande espaço de celebração coletiva. Ao acompanharem a imagem pelas ruas e avenidas, os fiéis atualizam promessas, agradecimentos, memórias familiares e experiências de fé que atravessam gerações. O percurso da procissão não é apenas um deslocamento físico; trata-se de um ritual que ressignifica o espaço urbano e transforma a cidade em um verdadeiro território da memória. Como observam os estudiosos da memória coletiva, os grupos sociais deixam marcas nos espaços que ocupam e, simultaneamente, são por eles marcados. A procissão contribui para reforçar essa relação simbólica entre comunidade, território e memória.

A bandeira da festa também constitui um importante elemento de transmissão cultural. O ritual de sua entrega à rainha eleita e sua devolução ao longo da celebração seguinte estabelece uma ponte simbólica entre diferentes edições da festividade. Trata-se de uma prática que reforça a ideia de continuidade e permanência, ligando passado, presente e futuro por meio de um gesto simples, mas profundamente significativo. Nesse ritual, a tradição é renovada, e a memória coletiva, atualizada continuamente.

Os pavilhões, por sua vez, representam uma dimensão igualmente importante do patrimônio festivo. Embora frequentemente descritos nas fontes como instrumentos de arrecadação financeira, sua função social era muito mais ampla. Eles constituíam espaços de sociabilidade nos quais famílias, associações religiosas, comerciantes, trabalhadores e moradores da cidade estabeleciam vínculos de cooperação e pertencimento. Os nomes atribuídos aos pavilhões ao longo das décadas – Esmeralda, Safira, Primavera, Mocidade, Motorista, Comércio, Baianas e Ciganas – revelam formas distintas de organização social e participação comunitária, transformando a festa em um espaço de representação coletiva.

Não menos importante é o protagonismo das mulheres na construção e manutenção dessa tradição. Uma leitura crítica dos Livros de

Tombo permite perceber que, embora os registros enfatizem a atuação dos sacerdotes, grande parte da organização da festa dependia do trabalho feminino. As senhoras que coordenavam pavilhões, promoviam campanhas de arrecadação, mobilizavam colaboradores e organizavam as atividades sociais desempenhavam papel fundamental para o sucesso da celebração. A permanência da festa como patrimônio cultural deve muito à atuação dessas mulheres, cuja contribuição foi decisiva para a transmissão de práticas, saberes e tradições entre as gerações.

As barracas, quermesses e demais espaços de convivência também desempenham papel relevante nesse processo. Neles, a festa ultrapassa a esfera exclusivamente religiosa e assume uma dimensão social mais ampla. São locais onde parentes se reencontram, amigos fortalecem vínculos, moradores que vivem fora da cidade retornam para participar das celebrações e diferentes grupos compartilham experiências comuns. A festa, assim, produz uma temporalidade própria, rompendo a rotina cotidiana e criando um ambiente favorável à construção e renovação dos laços comunitários.

Nesse contexto, a Catedral de Nossa Senhora da Guia e os espaços percorridos pela procissão podem ser compreendidos como verdadeiros lugares de memória, no sentido proposto por Nora (1993). Não se trata apenas de espaços físicos, mas de lugares carregados de significados, onde se concentram lembranças, emoções, narrativas e experiências que ajudam a dar sentido à história coletiva da cidade. A cada edição da festa, esses lugares são novamente ativados pela memória social, reafirmando sua importância para a identidade cultural patoense.

A Festa de Nossa Senhora da Guia constitui, portanto, muito mais do que uma tradição religiosa. Ela representa um complexo sistema de memórias, símbolos e práticas culturais que ajudam a manter viva a história da cidade. Sua permanência não resulta apenas da ação da Igreja Católica, mas da participação contínua de diferentes sujeitos sociais que, por meio da devoção, do trabalho comunitário, da sociabilidade e da preservação das tradições, contribuem para a construção de uma identidade coletiva compartilhada.

Nessa perspectiva, a festa pode ser compreendida como um patrimônio cultural. Sua importância não está apenas na antiguidade da celebração, mas em sua capacidade permanente de produzir pertencimento, transmitir memórias e reafirmar referências simbólicas fundamentais para a sociedade patoense. Ao reunir fé, memória, tradição e comunidade, a Festa de Nossa Senhora da Guia permanece como um dos mais importantes marcos da identidade cultural de Patos e como uma das expressões mais significativas de seu patrimônio cultural imaterial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente obra teve como objetivo compreender a Festa de Nossa Senhora da Guia como fenômeno histórico, cultural e religioso fundamental para a formação da identidade coletiva da cidade de Patos, PB. Ao longo da pesquisa, buscou-se demonstrar que a festividade não pode ser interpretada apenas como uma celebração de caráter devocional, mas como uma manifestação sociocultural complexa, na qual se articulam memória, patrimônio, religiosidade, pertencimento e sociabilidade.

A partir da análise das origens da religiosidade católica no Brasil e na Paraíba, tornou-se possível evidenciar que as práticas religiosas que se consolidaram no sertão paraibano resultam de processos históricos de longa duração, vinculados à expansão da cristandade portuguesa, à difusão das devoções marianas e à atuação das ordens missionárias na formação cultural da região.

A investigação também permitiu demonstrar que a devoção a Nossa Senhora da Guia está profundamente relacionada ao próprio processo de constituição histórica de Patos. Desde a instalação da capela que deu origem ao povoamento até a consolidação do município como importante centro urbano do sertão paraibano, a presença da Igreja e da devoção mariana exerceu papel significativo na organização do espaço, na construção das sociabilidades e na formação das referências simbólicas compartilhadas pela comunidade local.

Ao se examinar a Festa de Setembro durante as décadas de 1950 e 1960, constatou-se que a celebração desempenhou funções que ultrapassavam os limites da experiência religiosa. As procissões, as novenas, os pavilhões, as quermesses, as campanhas arrecadatórias e as demais práticas associadas aos festejos constituíam importantes espaços de encontro, cooperação e construção de vínculos sociais. A festa permitia que diferentes grupos sociais participassem da vida comunitária, produzindo referências comuns e fortalecendo sentimentos de pertencimento que contribuíam para a consolidação da identidade cultural patoense.

Os documentos analisados evidenciaram, igualmente, que a festa era atravessada por tensões, disputas e negociações. As relações de prestígio social, as tentativas de disciplinamento moral promovidas pela Igreja, os conflitos em torno das formas legítimas de participação e a coexistência de diferentes modos de vivenciar a festividade revelam que o patrimônio cultural é resultado de processos dinâmicos e plurais. Longe de representar uma tradição estática, a Festa de Setembro mostrou-se um espaço permanentemente reinventado pelos sujeitos que dela participam, reafirmando, a cada geração, novos sentidos para a devoção, a sociabilidade e o pertencimento comunitário.

Outro aspecto de grande relevância identificado nesta pesquisa refere-se ao protagonismo das mulheres na manutenção da tradição festiva. Embora muitas vezes tenham ocupado posições secundárias nos registros institucionais, elas desempenharam funções essenciais na organização dos pavilhões, na mobilização comunitária, na arrecadação de recursos e na transmissão das práticas culturais ligadas à devoção à padroeira. Reconhecer essa atuação significa ampliar a compreensão histórica da festa e valorizar sujeitos frequentemente invisibilizados pela documentação oficial, mas fundamentais para a preservação da memória social e das tradições religiosas da cidade.

Sob a perspectiva dos estudos da memória e do patrimônio cultural, constatou-se que a Festa de Nossa Senhora da Guia constitui uma importante referência do patrimônio cultural imaterial de Patos. Sua permanência ao longo do tempo explica-se não apenas pela força da devoção religiosa, mas

pela capacidade que a celebração possui de atualizar memórias coletivas, fortalecer identidades e produzir laços de pertencimento entre os indivíduos e a comunidade. Símbolos como a imagem da padroeira, a procissão, a bandeira da festa, os pavilhões e os espaços de convivência constituem referências culturais que conectam passado e presente, permitindo a continuidade de uma tradição permanentemente recriada pelas novas gerações.

Do ponto de vista historiográfico, esta obra busca contribuir para os estudos sobre religiosidade popular, memória social e patrimônio cultural no sertão paraibano, ao demonstrar que a Festa de Nossa Senhora da Guia não pode ser compreendida exclusivamente como uma manifestação de fé ou como uma tradição religiosa preservada ao longo do tempo. A análise das fontes paroquiais permitiu evidenciar que a festividade constituiu espaço privilegiado de produção de sociabilidades, negociações de poder, construção de pertencimentos e elaboração de identidades coletivas.

Nesse sentido, o estudo aproxima-se das perspectivas da História Cultural que compreendem as festas religiosas como fenômenos sociais complexos, nos quais diferentes sujeitos atribuem sentidos, atualizam memórias e produzem referências simbólicas para suas comunidades. Ao privilegiar a realidade de Patos, PB, esta pesquisa também procura ampliar o conhecimento histórico sobre as manifestações culturais do interior nordestino, campo ainda relativamente pouco explorado pela historiografia, reforçando a importância das experiências locais para a compreensão dos processos de formação histórica e cultural do Brasil.

É importante destacar, contudo, que as interpretações desenvolvidas nesta obra se encontram condicionadas às características das fontes disponíveis e ao recorte estabelecido para a investigação. A pesquisa fundamentou-se, principalmente, na análise dos Livros de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Guia e em documentação de natureza eclesiástica, fontes de inegável relevância para a reconstrução histórica da festividade, mas que expressam, sobretudo, as percepções e as representações produzidas pelos membros do clero. Tal condição impõe limites à compreensão de determinadas experiências vividas por outros sujeitos sociais envolvidos na Festa

de Setembro, especialmente os participantes das camadas populares, cujas vozes aparecem de forma indireta ou mediada nos registros analisados.

Desse modo, as reflexões aqui apresentadas não pretendem esgotar a complexidade do tema, mas oferecer uma interpretação historicamente fundamentada, que poderá ser ampliada por futuras pesquisas a partir da incorporação de novas fontes, como relatos orais, acervos fotográficos e documentos produzidos por diferentes grupos da sociedade patoense.

Além disso, o reconhecimento da Festa de Setembro como patrimônio cultural não decorre apenas de processos formais de patrimonialização, mas sobretudo da atribuição contínua de significados realizada pelos próprios sujeitos que dela participam. São as experiências coletivas, as memórias compartilhadas e os vínculos construídos em torno da celebração que garantem sua permanência como referência cultural da cidade. Nesse sentido, o patrimônio não deve ser compreendido como uma herança passivamente recebida do passado, mas como uma construção social continuamente atualizada, reinterpretada e ressignificada pelas diferentes gerações.

Muitas das práticas observadas nas décadas analisadas permanecem presentes nas celebrações contemporâneas, ainda que reconfiguradas pelas transformações sociais, econômicas e culturais vivenciadas por Patos nas últimas décadas. As mudanças ocorridas nas formas de participação comunitária, nos meios de comunicação, nas experiências urbanas e nas próprias práticas religiosas demonstram que a continuidade da tradição não depende de sua imutabilidade, mas de sua capacidade de adaptação às novas realidades históricas sem perder os elementos que a identificam como patrimônio da comunidade.

Mais do que uma celebração religiosa, a Festa de Nossa Senhora da Guia revela a capacidade das comunidades de atribuírem sentidos duradouros às suas experiências históricas. Ao longo de gerações, a festividade tornou-se um espaço privilegiado de transmissão de memórias, reafirmação de pertencimentos e construção de identidades coletivas. Preservar a Festa de Setembro significa, portanto, preservar uma parte significativa da trajetória histórica de Patos, das formas de sociabilidade construídas por seus habitantes

e dos referenciais simbólicos que continuam a conectar passado, presente e futuro. É justamente nessa articulação entre fé, memória e patrimônio que reside a relevância histórica e cultural de uma tradição que permanece viva no imaginário e na experiência social do povo patoense.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. **O império do divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Santuário, 2008.
- AZZI, Riolando. **A teologia católica na formação da sociedade colonial brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BARBOSA, Cônego Florentino. **Monumentos históricos e artísticos da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa, PB: A União, 1994.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Civilização e cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CIPOLINI, Pedro Carlos. A devoção mariana no Brasil. **Revista Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 41, jan./abr. 2010.

- CODINA, Victor. Credo oficial e credo popular: a propósito da centralidade de Maria na fé popular. *In*: CODINA, Victor. **O credo dos pobres**. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 37-41.
- DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. **História da Paraíba**: período colonial e reino. João Pessoa: Gráfica Universal, 1974.
- FREIRE, Carmen de Miranda Freire. **História da Paraíba**. 4. ed. João Pessoa: A União, 1982.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAUCK, J. F. Visão histórica da devoção Mariana no Brasil. *In*: CALIMAN, Cleto (org.). **Teologia e devoção Mariana no Brasil**. São Paulo: CNBB: Paulinas, 1989.
- HERMANN, Jacqueline. **No reino do desejado**: a construção do sebastianismo em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

- LUCENA, Damião. Patos de Nossa Senhora da Guia: a história completa do município. **Revista Edição Histórica**, set. 2001.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: lutas e resistências. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UEPB, 1995.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.
- OCTÁVIO, José Rodrigues Gonzaga. **Paraíba**: conquista patrimônio e povo. 2. ed. João Pessoa: GRAFSET, 1996.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 36, p. 132, mar. 1976. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/thr/article/viewFile/2231/1713>. Acesso em: 30 set. 2013.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS; NDIHR/UFPB. **História de Patos**. Campina Grande: Grafset, 1985. (Coleção IV Centenário).
- REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SILVA, Josinaldo Gomes da. **Imagens do moderno em Patos, PB: 1934–1958**. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- SOUZA, Robério Américo do Carmo. O hibridismo na construção da religiosidade: repensando a contribuição de Gilberto Freyre para o debate. **Revista Angelus Novus**: Dossiê Cultura, Religião e Sacralidade, São Paulo, n. 3, 2012. Disponível em: http://www.usp.br/ran/ojs/index.php/angelusnovus/article/view/144/pdf_42. Acesso em: 29 out. 2013.
- SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à estética**. Recife: UFPE, 1974.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GUIA (Patos, PB). Livro de Tombo n. 05. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Guia, Patos, PB.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA GUIA (Patos, PB). Livro de Tombo n. 06. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Guia, Patos, PB.

